



**29 DE FEVEREIRO DE 2016**

**Segunda-feira**

- BRASIL FECHA EM JANEIRO 99,6 MIL VAGAS FORMAIS, PIOR RESULTADO EM 7 ANOS
- COM DESEMPREGO ALTO, PROCESSOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DISPARAM EM 2015
- RECUPERAÇÃO VIRA 'ATALHO' PARA FALÊNCIA
- GOVERNO ATRASA REPASSES DO PLANO DE PROTEÇÃO DO EMPREGO, DIZEM EMPRESAS
- GOVERNO NEGA QUE HAJA ATRASOS EM REPASSE PARA PLANO DE EMPREGO
- PARANÁ ESTÁ ENTRE OS CINCO ESTADOS QUE TIVERAM SALDO POSITIVO DE EMPREGOS
- SETOR AUTOMOTIVO FECHOU 108 MIL VAGAS EM 2015, SEGUNDO CAGED
- CRISE FAZ BRASILEIRO DEIXAR DE PAGAR CONTAS DE LUZ, ÁGUA E TELEFONE
- POR AJUSTE NAS CONTAS, ESTADOS CORTAM INVESTIMENTOS
- ESPECIALISTAS DÃO DICAS PARA MATER O FOCO E ENFRENTAR O PERÍODO SEM EMPREGO
- BOMBRIL PODE TER DE PEDIR NOVA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- SAMARCO PEDE PARA VOLTAR A OPERAR EM MARIANA
- ALÍVIO NA CONTA DE LUZ NÃO DEVE IMPEDIR ESTOURO DA META DA INFLAÇÃO EM 2016
- BNDES ESPERA VOLTA DO CRESCIMENTO NO FIM DESTE ANO
- ECONOMISTAS ACREDITAM EM CONTÍNUA DETERIORAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO
- CHERY ENFRENTA 3ª GREVE DE TRABALHADORES EM UM ANO E MEIO DE OPERAÇÃO NO BRASIL
- TARIFA DE ENERGIA DA COPEL PODE BAIXAR QUASE 6%
- ARTIGO: ECONOMISTAS E GOVERNO CAVAM ATIVAMENTE O FUNDO DO POÇO
- ARTIGO: O FANTASMA DO DESEMPREGO

- MINISTROS E EMPRESÁRIOS VEEM CLIMA DE LETARGIA NO BRASIL
- ÁGUA, MINERAIS, LÍTIO E CARBONO VIRAM ESTRELAS NO NOVO CICLO DE COMMODITIES
- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS TERÃO PRIORIDADE NO EXAME DE PATENTES
- EM BAIXA NO MERCADO, GOL RECEBE MOTOR MODERNO E CONECTIVIDADE
- CARRO COMPARTILHADO PODERÁ GERAR PERDA DE € 7,4 BILHÕES PARA MONTADORAS
- MINORIA NO ACESSO AO CRÉDITO, MICROEMPREENDEDORAS REPRESENTAM QUASE 50% DO SETOR
- FÁBRICA DE MOTORES DA GM COMPLETA 3 ANOS
- FRANQUIA DE ASFALTOS INAUGURA FÁBRICA PRÓPRIA DE MÁQUINAS
- CENTRO DE R\$ 4 MILHÕES É INAUGURADO PARA AJUDAR EMPRESAS DA RM VALE
- ESTRATEGISTA QUE VIU CRISE EM EMERGENTES CONTINUA PESSIMISTA
- MAIS DE OITO MIL EMPRESAS DO SIMPLES RECEBERAM COMUNICADOS DE ALERTA DA RECEITA FEDERAL
- MERCADO ENCOLHE EM R\$ 100 BI PARA AS PEQUENAS EMPRESAS
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CAI 1,5 PONTO EM FEVEREIRO ANTE JANEIRO, REVELA FGV
- EMPRESAS DO SIMPLES RECEBEM AVISO DA RECEITA FEDERAL POR DIVERGÊNCIAS

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 29/02/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,978	3,979
<b>Euro</b>	4,322	4,323

**Fonte: BACEN**

**Brasil fecha em janeiro 99,6 mil vagas formais, pior resultado em 7 anos**

29/02/2016 – Fonte: G1

A economia brasileira iniciou o ano de 2016 com fechamento de vagas com carteira assinada. Segundo números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho nesta sexta-feira (26), em janeiro as

demissões superaram as contratações em 99.694 empregos, pior resultado para o mês em sete anos.

O maior número de vagas fechadas foi registrado no comércio (69.750). Já entre as regiões, o Sudeste foi a que mais perdeu postos (71.956).

Esse foi o décimo mês seguido com mais fechamento do que abertura de vagas formais no país. O último mês com contratações acima das demissões foi em março do ano passado - quando foram criados 19,2 mil postos de trabalho.

Além disso, o resultado do mês passado foi o pior para meses de janeiro desde 2009, ou seja, em sete anos. Em janeiro do ano passado, foram fechadas 81,7 mil vagas formais.

Em 2015, a economia brasileira registrou a demissão de 1,54 milhão de trabalhadores no que foi o pior resultado para um ano fechado em 24 anos. Quando divulgou este resultado, o ministro do Trabalho e da Previdência, Miguel Rosseto, admitiu que o ano foi "difícil".

### **Economia em recessão**

O fechamento de vagas acontece em meio à forte queda do nível de atividade, com a economia em recessão. Para este ano, a estimativa do mercado financeiro é de uma queda de 3,3% no Produto Interno Bruto (PIB), após uma retração estimada em 3,8% para 2015 - a maior em 25 anos.

Ao mesmo tempo, a inflação em alta, com o IPCA somando 10,71% em doze meses até janeiro, o maior patamar desde novembro de 2003, diminui a renda dos trabalhadores. E as famílias continuam endividadas, o que tem gerado aumento da inadimplência.

### **Resultado em 12 meses**

Em doze meses até janeiro, os números oficiais, com os valores dos meses anteriores ajustados para declarações enviadas fora do prazo, mostram o fechamento de 1,59 milhão de vagas com carteira assinada no período.

Para Rodolfo Torelly, especialista no mercado de trabalho, o resultado de janeiro, e na parcial de doze meses, é "bastante ruim".

"Todos os indicadores da economia são negativos. Além da recessão, há perda de renda e queda no consumo das famílias. Não tem como não ter um pessimismo no ar da economia como um todo. Realmente, no curto prazo não estou vendo melhora", declarou.

Para ele, os dados de janeiro indicam que as demissões podem superar a marca de 2 milhões em 2016 - o que, se confirmado, será o pior ano da história.

### **Setores**

O comércio liderou o fechamento de vagas formais em janeiro deste ano, com as demissões superando as contratações em 69.750 postos com carteira assinada.

O setor de serviços, por sua vez, eliminou 17.159 vagas no primeiro mês deste ano, segundo o Ministério do Trabalho. A indústria de transformação fechou 16.553. Já a construção civil fechou 2.588 empregos com carteira assinada.

O setor de agricultura foi o único que contratou mais do que demitiu em janeiro. De acordo com o ministério, foram criados 8.729 novos postos de trabalho.

O diretor do Departamento de Emprego e Salário da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e da Previdência, Márcio Borges, admitiu que o comportamento do emprego formal, em janeiro, foi "negativo". Ele acrescentou, porém, que na desagregação do resultado, 7 dos 25 subsetores da economia tiveram contratações.

Entre eles, estão a indústria de borracha, de material mobiliário, de calçados e as instituições financeiras. Além disso, observou que o estoque total de empregos formais ficou em 39,5 milhões em janeiro. No mesmo mês de 2015, esse estoque estava em 41,18 milhões.

### Regiões do país

Segundo o Ministério do Trabalho, houve o registro de demissões em três das cinco regiões do país em janeiro deste ano.

No Sudeste, foram fechadas 71.956 vagas formais em janeiro deste ano. Já a região Nordeste fechou 32.011 postos formais, enquanto que a região Nordeste registrou 33.411 demissões no mês passado.

A região Norte registrou o fechamento de 11.496 postos formais em janeiro deste ano, segundo os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

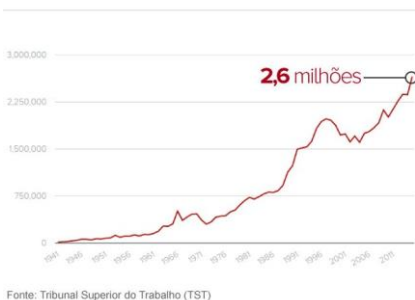
Na contramão, a região Sul abriu 15.548 postos formais em janeiro, ao mesmo tempo em que o Centro-Oeste registrou a contratação de 1.621 trabalhadores com carteira assinada no primeiro mês de 2016.

## Com desemprego alto, processos da Justiça do Trabalho disparam em 2015

29/02/2016 – Fonte: G1

### Processos trabalhistas no Brasil

Número de 2015 é recorde da série histórica



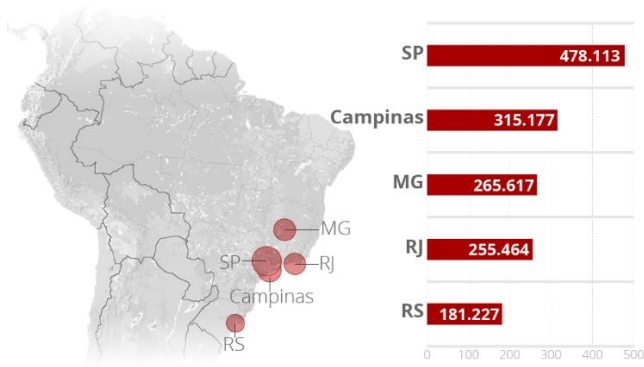
Infográfico elaborado em: 25/2/2015

O número de processos trabalhistas no Brasil teve um aumento de 12,3% em 2015. É o que mostram dados do TST (Tribunal Superior do Trabalho) obtidos pelo **G1**. Foram recebidas pelas varas do Trabalho espalhadas pelo país 2,6 milhões de ações no ano passado – um recorde de toda a série histórica, iniciada em 1941.

Além disso, desde 1995, o aumento percentual de um ano para o outro não era tão elevado – naquele ano, a alta foi de 12,4%. De acordo com especialistas ouvidos pelo **G1**, entre todos os fatores, um é determinante: a alta do desemprego em 2015.

Segundo dados de dezembro divulgados pelo IBGE, a taxa média de desemprego para o ano ficou em 6,8%. De acordo com a pesquisa, "foi a maior de toda a série anual da pesquisa [março de 2002] e também interrompeu a trajetória de queda que ocorria desde 2010".

## Regiões judiciárias com o maior número de processos



### [VEJA PÁGINA ESPECIAL COM OS DADOS](#)

“A crise econômica fez com que mais trabalhadores despedidos procurassem a Justiça do Trabalho para reparar algum direito”, afirma o professor da FGV e da PUC-SP Paulo Sérgio João. “Quando há uma situação econômica mais estável, não há um fluxo tão grande de reclamações trabalhistas. A Justiça do Trabalho é uma Justiça dos desempregados. É a última tábua de salvação.”

Quando há uma situação econômica mais estável, não há um fluxo tão grande de reclamações trabalhistas. A Justiça do Trabalho é uma Justiça dos desempregados. É a última tábua de salvação”

Paulo Sérgio João, professor da FGV e da PUC-SP

O coordenador do curso de direito do Mackenzie Campinas, Claudinor Barbiero, faz uma análise parecida. “Estamos atravessando uma crise sem precedentes.

Isso faz com que os trabalhadores desempregados, sem possibilidade de aprimoramento ou recolocação, recorram à alternativa do ajuizamento de uma ação. É um fenômeno que decorre principalmente da recessão.”

Barbiero cita ainda o caso de pequenas e médias empresas que não têm conseguido pagar as verbas rescisórias. “Muitas dessas empresas preferem que o empregado vá à Justiça do Trabalho para que possam ganhar tempo. Além disso, evitam uma negociação direta, e conseguem parcelar o valor.”

Os efeitos da crise se mostram duradouros. Isso afeta todo o mercado de trabalho. Se há um número expressivo de demandas, em 2016 ele vai ser ainda maior”

Claudinor Barbiero, professor do Mackenzie Campinas.

Em 2015, houve o fechamento de 1,54 milhão de vagas formais de trabalho, a pior taxa em 24 anos, segundo o Ministério do Trabalho. Em contrapartida, foi registrado um aumento na informalidade.

“A contratação de trabalhadores sem registro, sem cumprimento de obrigações, vai fazer aumentar ainda mais o volume de ações”, preconiza Paulo Sérgio João.

Barbiero também prevê um cenário nada favorável:

“Os efeitos da crise se mostram duradouros. Isso afeta todo o mercado de trabalho. Se há um número expressivo de demandas, em 2016 ele vai ser ainda maior. Parece catastrófico e é triste esse quadro, mas é realista. Não há como fugir”.

Os dados do TST mostram que foram julgadas no ano passado 2,5 milhões de ações pelas varas do Trabalho. Há hoje 1,6 milhão de processos à espera de apreciação (o número também leva em conta as ações não julgadas de anos anteriores).

O novo presidente do TST, Ives Gandra Martins Filho, afirmou, em seu discurso de posse nesta quinta (25), que há uma preocupação com o grande volume de processos. "O que explica o crescimento desmesurado das demandas trabalhistas e a plethora de recursos, atolando e paralisando todos os nossos tribunais?"

Como tirar do papel a garantia constitucional da celeridade processual? Parece-me que, além das causas exógenas à própria Justiça, que são os defeitos e imperfeições em nossa legislação social, as causas endógenas são, em meu humilde olhar, a complexidade de nosso sistema processual e recursal e o desprestígio dos meios alternativos de composição dos conflitos sociais", disse.

Gandra Martins Filho afirmou que "trabalhará para contribuir com a racionalização judicial, a simplificação recursal e a valorização da negociação coletiva, fazendo do processo meio e não fim, prestigiando as soluções que tornem mais célere e objetivo o processo, reduzindo ao mesmo tempo as demandas judiciais".

### **Novo perfil**

A advogada Vanessa Vidutto diz que seu escritório tem recebido um novo perfil de trabalhadores em busca de reparação. "Há muitos demitidos em massa, pessoas com qualificação, muitos anos de empresa e salários bons. São as empresas buscando alternativas pra baratear custo, claramente reflexo da crise."



Um contador de São Paulo de 55 anos ouvido pelo **G1** é um dos exemplos. Ele entrou com uma ação contra a empresa na qual trabalhou por 34 anos após uma demissão em massa. O ex-funcionário conta que a empresa da indústria farmacêutica decidiu terceirizar os serviços administrativos. Ele e quase todos os colegas do setor (com exceção de dois) receberam uma carta informando sobre a demissão.

Ao todo, foram 14 demissões. Mas não foram mandados embora de imediato: eles tiveram que passar os últimos meses na empresa treinando as pessoas que os substituíram no trabalho.

"Estamos pedindo danos morais em cima dessa tortura que nós tivemos por esse tempo todo, de trabalhar, se doar para passar o serviço para os outros, sabendo que nós estávamos pré-datados", afirma o contador, que prefere não se identificar. "É horrível trabalhar dessa forma: sair da sua casa todos os dias sabendo que você vai para uma empresa onde sabe que, mais cedo ou mais tarde, não vai ficar mais."

Estamos pedindo danos morais em cima dessa tortura que nós tivemos por esse tempo todo, de trabalhar, se doar para passar o serviço para os outros, sabendo que nós estávamos pré-datados"

Contador de 55 anos, que entrou com ação contra empresa na qual trabalhou por 34 anos. "A empresa levou todo o sistema financeiro para a Argentina e o contábil, para a Índia. Treinamos os indianos e os argentinos", relata. "Eles me deram dois salários de prêmio para me sujeitar a fazer isso. É horrível você repassar tudo o que criou de mão beijada."

Na ação, o contador ainda pede um ressarcimento por periculosidade do trabalho. Contratado em 1980, ele conta que os funcionários mais novos foram admitidos já com esse direito. "Eu trabalhei em um prédio de dois andares. Embaixo ficava o laboratório químico geral da empresa e na parte de cima ficávamos nós, do departamento administrativo."

Por várias vezes tivemos que evacuar o prédio e ficar do outro lado da avenida por causa do cheiro insuportável e do ardor nos olhos. Eu sofro de bronquite asmática. Na saída, questionei sobre isso ao rapaz do RH, e perguntei por que a gente não tinha os 30% de periculosidade. Em uma conversa em off, ele falou: 'Se de cada dez funcionários, um entrar com ação trabalhista por isso, ainda estamos no lucro'."

Ele também reivindica horas extras e questiona o período em que precisou trabalhar em outro município sem receber o devido respaldo da empresa.

O contador diz que, além dele, outros 3 colegas de departamento demitidos também entraram com ação trabalhista contra a empresa. Dois ainda avaliam a possibilidade.

### **Fim do medo da 'lista negra'**

Para os especialistas, o aumento de ações também é resultado de uma conscientização maior dos trabalhadores em relação a seus direitos. "O trabalhador hoje não é tão passivo. Tem uma instrução melhor e recebe orientação. Senão por meio do sindicato, por iniciativa própria vai buscar informações. E quando uma irregularidade acontece fatalmente ela vai desaguar numa reclamação na Justiça", afirma Barbiero. As pessoas não podem ter o direito de livre acesso ao Judiciário inibido"- Vanessa Vidutto, advogada.

Segundo ele, o que não pode acontecer é o trabalhador ter receio de entrar na Justiça. "Muitos ficam com medo por conta de cadastros, listas negras, de ficarem marcados, estigmatizados. Isso é uma preocupação absurda."

A advogada Vanessa Vidutto concorda. "Há uns anos, com o CPF e o nome era possível fazer uma pesquisa pela internet nos tribunais regionais, como se faz nos tribunais de Justiça. Agora, é preciso fazer uma petição justificando os motivos e o juiz ainda vai analisar. Ou seja, existe uma proteção. As pessoas não podem ter o direito de livre acesso ao Judiciário inibido", diz.

### **Fraudes trabalhistas**

Mas como saber quando entrar na Justiça? O que configura uma fraude trabalhista? O **G1** pediu para a S2 Consultoria, empresa especializada em prevenir e tratar atos de fraude, para responder a essas e outras perguntas. Veja a seguir:

O que configura uma fraude trabalhista?

Fraude é tudo o que é utilizado para ter vantagem sobre outro por meio de sugestões falsas ou omissão da verdade. Assim, a fraude trabalhista é o engano, esperteza ou dissimulação e quaisquer outros meios injustos por intermédio dos quais outra pessoa é enganada. Ela pode ser praticada pelas duas partes do contrato trabalhista – pelo empregado ou pelo empregador.

As fraudes trabalhistas mais comuns praticadas pelos empregados são apresentação de diplomas falsos, falsificação de comprovante de residência, atestados médicos fictícios, entre outros. Já as praticadas pelos empregadores se configuram com o não registro ou registro inadequado do empregado, com a falsidade de informação quanto ao vínculo trabalhista, com a contratação dissimulada de profissionais no modelo de PJ (pessoa jurídica).

### Quando recorrer à Justiça?

Há um mito de que o trabalhador que recorre à Justiça ficará marcado no mercado como um mau profissional e, conseqüentemente, não conseguirá mais emprego formal em nenhum lugar.

Segundo a consultoria, isso é uma falácia, por dois motivos. Primeiro porque não há como o mercado ter conhecimento dessa situação, tanto por não existir banco de dados para isso como pelo risco que o antigo empregador processado corre ao relatar que houve o ingresso do profissional de uma ação trabalhista.

O segundo motivo é bem mais simples: se a nova empresa não contrata um profissional por ter procurado seus direitos na Justiça, talvez seja uma empresa que teme que este profissional fará o mesmo com ela por não cumprir as leis trabalhistas. Aí, é o profissional que não deve selecioná-la.

### Se o trabalhador optar pela ação, o que deve fazer?

O profissional deve recorrer à Justiça sempre que seus direitos forem violados. Porém, apenas quando forem violados. O que significa dizer que cada vez mais a Justiça Trabalhista está intolerante com pedidos exorbitantes e infundados dos trabalhadores. Não há mais espaço para o famoso "vai que cola", diz a S2.

O trabalhador deve buscar o que realmente é seu por direito e não exageros. Por outro lado, o empregador também deve recorrer a uma demissão por justa causa quando se deparar com atos fraudulentos do empregado, não permitindo assim que se alimente a cultura da impunidade dentro da organização, o que fomentará mais e mais fraudes.

Mas a justa causa não isenta a empresa das obrigações trabalhistas que ela deve ao trabalhador.



O que pode servir de provas da fraude?

A fraude pode ser provada por meio de arquivos eletrônicos (e-mail é o mais comum), mas também por meio de testemunhos de colegas de trabalho.

Quais são as principais razões das ações trabalhistas?

1. Verbas trabalhistas: horas extras não pagas, falta de recolhimento de FGTS, não pagamento de 13º salário, e não equiparação salarial com colegas que exerciam a mesma função
2. Vínculo trabalhista: requerimento de registro formal, vincular corretamente o tipo de relação trabalhista
3. Danos morais: solicitação de indenização por ter sofrido algum tipo de lesão moral no decorrer da relação trabalhista.

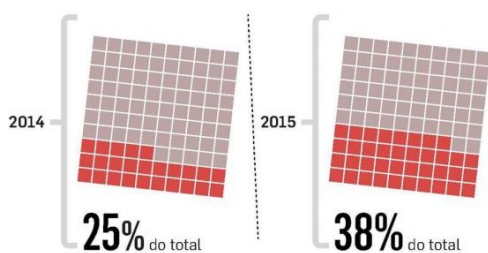
## Recuperação vira 'atalho' para falência

29/02/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

### EM ALTA

● Número de empresas que entram em recuperação judicial e não saem aumentou no ano passado

Porcentagem do total de empresas que entraram em recuperação e faliram



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL (INRE) INFOGRÁFICO/ESTADÃO

A forte retração da economia brasileira acelerou a quebra de várias empresas que entraram em recuperação judicial no ano passado.

Sem acesso ao crédito e com consumo em queda, elas não conseguiram aprovar seus planos de recuperação – ou não cumpriram as regras previstas em lei – e entraram em falência, segundo levantamento feito pelo Instituto Nacional de Recuperação Empresarial (INRE). A fatia de empresas que fracassaram na recuperação judicial aumentou de 25%, em 2014, para 38%, em 2015.

No ano passado, 1.267 empresas recorreram à Justiça para tentar se recuperar e entrar num acordo com os credores – um aumento de 45% comparado ao ano anterior. Segundo o Instituto, os setores mais afetados foram comércio, serviços e indústria.

“O ambiente empresarial piorou muito no último ano, com a escassez de crédito e a queda na confiança do brasileiro. Além disso, grandes projetos pararam (criando uma onda de inadimplência)”, observa o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Carlos Henrique Abrão, conselheiro fundador do INRE.

Ele avalia que o cenário para 2016 é de contínua alta do número de empresas em recuperação judicial e falência. “O retrato dos dois primeiros meses do ano, comparado a 2015, mostra que já houve um aumento de 17% nas recuperações e 25% nas falências.”

O desembargador afirma que, no último ano, um movimento que surpreendeu foi o da falência de empresas maiores em recuperação judicial. Normalmente, diz ele, essas companhias têm mais “gordura” para queimar num processo de recuperação.

A Operação Lava Jato, que investiga corrupção em contratos da Petrobrás, ajudou nesse movimento. A construtora Schahin, por exemplo, corre o risco de entrar em falência depois que uma classe de credores não aceitou seu plano de recuperação judicial.

Outras empreiteiras em recuperação também podem ter problemas, pois não estão conseguindo se desfazer de ativos importantes para ajudar a fortalecer os negócios da companhia e também pagar os credores.

“Há bons ativos à venda e que não estão sendo comprados por causa da crise interna e da falta de confiança dos investidores”, afirma o advogado da Emerenciano, Baggio & Associados, Sergio Emerenciano.

Apesar desse crescimento, as empresas menores continuam sendo as que têm menos sucesso no processo judicial – são responsáveis por cerca de 80% das falências. Além de uma situação financeira mais frágil e menos recursos para recorrer, como a venda de ativos, essas companhias não estão preparadas para um processo judicial.

“Os prazos da recuperação são curtos. As empresas têm 60 dias para apresentar o plano de recuperação, com todas as condições para o pagamento dos credores e para se reerguer”, afirma o advogado Paulo Nasser, sócio da área cível do escritório Miguel Neto Advogados.

Segundo ele, muitas vezes, as empresas começam a negociar com os bancos e não pensam que podem ter de recorrer a uma recuperação judicial. “Quando acordam, já estão com pouco tempo para todo o processo.”

Na avaliação do advogado Fabio Braga, sócio da área bancária e reestruturação da Demarest Advogados, a complexidade das negociações de uma recuperação judicial dentro de uma empresa pequena é bem maior. “Numa companhia grande, há uma visão mais organizada.”

Segundo ele, no entanto, uma recuperação judicial é difícil para qualquer empresa se o cenário não é favorável, como ocorre hoje no Brasil. “Se o mercado não reage, a recuperação da empresa fica mais difícil e os credores, mais exigentes”, diz Braga.

O gerente executivo de política econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, afirma que, num ambiente de encolhimento da demanda, não é nada fácil uma empresa em recuperação de competir com uma saudável. “Não temos levantamento sobre falência no setor, mas nas sondagens percebemos que condições financeiras, como faturamento e lucratividade, são as piores dos últimos tempos.”

## **Governo atrasa repasses do plano de proteção do emprego, dizem empresas**

29/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



As empresas participantes do PPE (Programa de Proteção do Emprego), plano que visa a preservação de postos de trabalho, relatam atrasos de até três meses no pagamento da contrapartida paga pelo governo federal.

A **Folha** conversou com dez companhias beneficiadas pelo programa e todas —de grande, médio ou pequeno porte— disseram sofrer com o mesmo problema. O Ministério do Trabalho nega atrasos e diz que, em algumas situações, as empresas é que não entregaram a documentação no prazo.

Criado em julho, o PPE já teve a adesão de 89 empresas e envolveu 52.876 funcionários. Se pago em dia, o subsídio chega a R\$ 145 milhões.

Para evitar demissões, o PPE prevê que empresas e sindicatos cheguem a um acordo de redução de salário e carga horária de até 30% por alguns meses.

Se o acordo é aprovado pelo Ministério do Trabalho, o governo oferece um subsídio. Metade da redução salarial é bancada pelo governo, por meio do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalho), no limite de até R\$ 900,84.

É garantida estabilidade após o fim do programa por ao menos o equivalente a 1/3 do tempo pelo qual a empresa usufruiu do benefício. Se o PPE durou três meses, a estabilidade é de um mês.

## **Governo nega que haja atrasos em repasse para plano de emprego**

29/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Ministério do Trabalho nega que haja atrasos nos pagamentos às empresas da contrapartida do governo no PPE (Programa de Proteção ao Emprego).

A pasta afirma que, em algumas situações, as folhas de pagamento é que foram entregues com atraso, impossibilitando a rotina de análise e, conseqüentemente, o pagamento.

"Não é um atraso no repasse do ministério, e sim na entrega de documentação pela empresa", diz em nota.

O ministério afirma que, para receber os recursos do PPE, as empresas precisam enviar um arquivo contendo dados dos trabalhadores e os respectivos valores de salário até o 12º dia útil antes da data de pagamento dos salários.

Ainda de acordo com o governo, até o segundo dia útil antes da data de pagamento da folha, a Caixa Econômica Federal credita na conta da empresa os recursos liberados pelo ministério.

"Há, porém, situações de empresas que não enviaram as folhas de pagamento nos prazos exigidos", diz.

O Ministério do Trabalho também nega qualquer falta de recursos no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que custeia o PPE. Segundo apurou a reportagem, o FAT teve um problema de fluxo de caixa no fim de 2015, com o atraso em alguns pagamentos para o início deste ano.

## **Paraná está entre os cinco estados que tiveram saldo positivo de empregos**

29/02/2016 – Fonte: Bem Paraná

O Paraná está entre os cinco estados que tiveram saldo positivo na geração de empregos formais em janeiro, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregos (Caged), divulgado pelo Ministério do Trabalho nesta sexta-feira (26). No período, foram criados 1.074 novos empregos com carteira assinada no Estado, o que equivale a um crescimento de 0,04% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada no mês anterior.

Os setores que mais contribuíram para esse resultado, sem considerar o ajuste com os setores que tiveram saldo negativo, foram os de Serviços, com 2.510 novos postos; a Construção Civil, com 1.412; e Indústria de Transformação, com 770 postos de trabalho.

O setor que mais registrou demissões foi o de Comércio (-3.617), Administração Pública (-55) e Extrativa Mineral (-2). Na contramão do bom resultado paranaense, o Brasil fechou, em janeiro, 99.694 vagas de empregos formais, o pior resultado para o mês, desde 2009.

O presidente do Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social), Júlio Suzuki Júnior, diz que o saldo paranaense não é elevado, mas demonstra qualidade nos empregos. "Além disso, ao analisarmos os setores que mais criaram postos com carteira assinada, percebemos que não há concentração, o que pode ser considerado um avanço", explica.

**AGROPECUÁRIA** - O Paraná ficou em quarto lugar no ranking dos cinco estados que tiveram saldo positivo de empregos em janeiro. Rio Grande do Sul e Santa Catarina ocupam as primeiras colocações, influenciadas pela agropecuária, já que os dois estados estão em período de colheita de frutas, na maioria feita manualmente e de forma temporária.

No Paraná, a agropecuária também influencia a geração de empregos, mas de forma diferenciada já que a agricultura do Estado é voltada para o cultivo de grãos, que é altamente mecanizado.

Em janeiro, 53 novos empregos com carteira assinada foram gerados no Estado no setor. Durante todo o ano de 2015, a agropecuária paranaense teve um saldo positivo de 3.067 novos postos de trabalho, o que colocou o Estado na liderança na região Sul do país.

Na série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo, no acumulado dos últimos 12 meses, o montante de emprego registrou queda de 82.654 postos de trabalho no Paraná, correspondendo a uma retração de 3,02%.

## **Setor automotivo fechou 108 mil vagas em 2015, segundo Caged**

29/02/2016 – Fonte: G1

Além da baixa de 26,5% na venda de veículos novos, o setor automotivo perdeu 108.643 vagas em 2015, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) enviados ao **G1**. Foram admitidas 589.499 pessoas no ano, mas houve 698.142 desligamentos.

Os dados são de 9 grupos que reúnem empresas ligadas a produção, comércio e manutenção. São eles: fabricantes de carros; fabricantes de caminhões e ônibus; fabricantes de cabines, carrocerias e reboques; de peças e acessórios; empresas de recondição e recuperação de motores; de manutenção e reparação de veículos; concessionárias e lojas de veículos usados; comércio de peças de reposição e acessórios; e postos de combustíveis (*veja os principais grupos nos gráficos*).

São Paulo, onde se concentra a maioria das fabricantes de veículos e que tem mais de 30% da frota brasileira, foi o que teve o pior resultado entre os estados, com 45.370 vagas fechadas. Em seguida aparecem Minas Gerais (-18.682), Rio Grande do Sul (-11.962), Paraná (-9.991) e Rio de Janeiro (-5.726).

Em MG fica a maior fábrica do país, a da Fiat, marca líder em emplacamentos, além da menor fábrica da Mercedes-Benz.

No RS, a General Motors produz o Chevrolet Onix, carro mais vendido do país em 2015, além do Prisma.

No Paraná há uma das fábricas da Volkswagen – agora junto com a da Audi –, a fábrica da Renault e a menor da Nissan, e planta da Volvo, de caminhões.

No Rio, há fábricas da Nissan, Peugeot Citroën e dos caminhões da MAN, que pertence ao grupo Volkswagen.

Pernambuco, onde a Fiat Chrysler inaugurou sua nova fábrica, no ano passado, foi um dos poucos estados com saldo positivo, de 1.362 vagas – a maioria das admissões foi na montadora e em fornecedores de autopeças.

### **Montadoras**

Somente as fabricantes de carros, caminhões e ônibus fecharam 9.881 vagas em 2015, o resultado de 8.852 contratações e 18.733 desligamentos, de acordo com o Caged.

Segundo a associação das montadoras, a Anfavea, a indústria de autoveículos encerrou o ano passado com 114.336 empregados, o menor número desde 2009, quando teve 109.043. Foi um montante 15,5% inferior ao de 2013, cuja marca de 135.343 empregados foi recorde.

A queda nas vagas seguiu o corte de 22,8% na produção, na comparação com 2014, em um ano marcado por períodos de férias coletivas, planos de demissão voluntária (PDVs) e suspensão temporária de contratos ("layoff").

### **PPE segurou mais cortes**

Além disso, foi o ano em que o governo lançou o Plano de Proteção ao Emprego (PPE), em que os funcionários de empresas podem aceitar reduzir o número de horas trabalhadas, e também o salário, por até 1 ano.

Na época, em julho passado, a Mercedes-Benz, que já havia demitido 660 funcionários no 1º semestre e ameaçava cortar mais 1.500 em São Bernardo do Campo (SP). Ao ser a primeira montadora a acertar com os trabalhadores a adesão ao PPE, a empresa alemã cancelou as demissões previstas.

Segundo a Anfavea, cerca de 5,1 mil funcionários de montadoras terminaram 2015 afastados de suas funções devido a "layoff" e outros 35,6 mil já estavam ou aguardavam para entrar no PPE, que foi aceito também em montadoras como Volkswagen e Ford e em fornecedores de peças e acessórios para veículos.

### **Mais demissões e afastamentos**

Neste início do ano, porém, a General Motors demitiu 517 funcionários da fábrica de São José dos Campos (SP) que voltavam de "layoff".

A Mercedes anunciou a suspensão temporária de contratos de 1.500 funcionários em São Bernardo e a Ford fez o mesmo com 1.800 em Camaçari (BA).

A previsão da Anfavea é de que 2016 será encerrado com queda de 7,5% nas vendas e alta de 0,5% na produção, na comparação com o ano passado.

Única entre as 10 marcas que mais vendem a crescer nos emplacamentos em 2015, na comparação com o ano anterior – desconsiderando a Jeep, que estreou no ranking no ano passado –, a Honda decidiu manter fechada a nova fábrica que construiu em Itirapina (SP) até 2017.

### **Além das montadoras**

Sofrendo diretamente o reflexo do "pé no freio" na produção de veículos, as fábricas de autopeças e acessórios perderam 40.485 vagas em 2015, também segundo o Caged. As lojas desses tipos de produto tiveram 12.340 vagas fechadas ao longo do ano, ainda que as vendas de veículos usados, os principais clientes dessas lojas, não tenham sofrido tanto quanto as de carros zero quilômetro: elas caíram 0,75% em 2015.

O comércio de carros, caminhões e ônibus perdeu 30.198 postos de trabalho. A federação dos concessionários (Fenabreve) informou, em dezembro passado, que 1.047 lojas fechadas as portas no ano passado – o país tem 7,6 mil –, o equivalente a 32 mil vagas.

### **Postos de gasolina vão melhor**

Além dos grupos citados acima, o Ministério do Trabalho e Emprego também enviou ao **G1** dados do Caged referentes a empregados no comércio de combustíveis. Nesse grupo, 187.167 pessoas foram contratadas e houve 184.723 desligamentos em 2015, um saldo de 2.444 vagas criadas.

## **Crise faz brasileiro deixar de pagar contas de luz, água e telefone**

29/02/2016 – Fonte: Paraná online

O efeito dominó do aumento do desemprego e da inflação apareceu no calote do pagamento de serviços básicos, como as contas de luz, água e de serviços de comunicação.

A costureira Angela Rosa Alcon Velasques, de 56 anos, natural de La Paz, na Bolívia, e que há dez anos vive no Brasil, por exemplo, deixou de pagar a conta de luz porque perdeu o emprego. "Estou devendo seis meses de luz, mais de R\$ 1,6 mil", contou Angela, que tem quatro filhos. "Devo também o telefone fixo, que foi cortado."

Angela usava uma máquina de costura elétrica para trabalhar em casa e ficou inadimplente na conta de energia e no telefone porque perdeu o trabalho. "Costurava para um patrão brasileiro. Ele me demitiu, não tenho mais costura."

A saída encontrada por Angela foi deixar o imóvel alugado. Agora ela tenta uma renegociação da pendência com a Eletropaulo. "Mudei para um barraco", disse a costureira, que gastava R\$ 1,1 mil de aluguel. Pela nova moradia, não vai pagar nada. Enquanto a situação não melhorar, a costureira planeja fazer bicos e usar as poucas reservas que tem para viver.

A auxiliar administrativa Adriana Carla Mendonça, de 40 anos, casada e com cinco filhos, é outra consumidora que ficou inadimplente nos serviços básicos. No seu caso o motivo do calote não foi desemprego, mas o aperto no orçamento em razão do aumento da inflação.

"Tenho três contas de luz atrasadas que somam um pouco mais de R\$ 1 mil", disse. Com uma renda familiar de cerca de R\$ 4 mil, Adriana chegou a ter a luz cortada por falta de pagamento. Segundo ela, o valor da conta deu um salto.

"Eu pagava R\$ 150 e subiu para R\$ 500." No ano passado, a energia elétrica aumentou cerca 50%. Adriana pagou a taxa de R\$ 45 para religar a luz e agora tenta um parcelamento em seis vezes da dívida pendente com a concessionária de energia. "Não sei se vou conseguir pagar, mas sem luz não dá para ficar."

Tanto Angela quanto Adriana engrossam as estatísticas do calote das contas básicas que desde o ano passado não para de crescer. Em janeiro deste ano, o grande destaque dos índices de inadimplência apurados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) foram justamente as contas de serviços básicos que são prestados

"Não é só banco e loja que estão deixando de ter o seu dinheiro de volta", afirmou a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti. Em janeiro, o número de contas inadimplentes de água e luz aumentou 17,01% na região Sul e 13,03% no Centro-Oeste em relação ao mesmo mês do ano passado, enquanto a inadimplência média (que inclui também pendências com comércio, bancos e serviços de comunicação) cresceu cerca de 6% no mesmo período.

Já nas regiões Norte e Nordeste, os maiores avanços do calote em janeiro na comparação anual foram registrados em serviços de comunicação. No Norte, foi de 9,89%, ante uma inadimplência média de 6,53% no período, e, no Nordeste, de 12,39%, enquanto o calote médio da região aumentou 8,43%.

A região Sudeste está fora das estatísticas de inadimplência por causa das mudanças na lei de negativação vigente no Estado de São Paulo, o que pode distorcer a base de comparação.

"A inadimplência tem se colocado na vida dos brasileiros de forma tão abrangente que até as contas mais essenciais estão deixando de ser pagas", observou Marcela. Ela ponderou, no entanto, que as pendências com bancos respondem pela maior parte das dívidas em atraso, entre 30% e 40%, dependendo da região.

Mas o avanço do calote em contas básicas é, na opinião da economista, um sinal de alerta sobre a extensão e a gravidade da crise.

Sem revelar os números, Luis Carlos Bento, presidente da Intervalor, empresa de cobrança que tem boa parte da carteira nos segmentos de telefonia e TV por assinatura, confirmou que houve aumento expressivo na inadimplência. Segundo ele, o principal motivo alegado pelo consumidor é o desemprego.

"A grande preocupação das empresas é não perder o cliente que ficou inadimplente, por isso elas estão mais flexíveis na renegociação", disse. "Essa crise está na população, as outras estavam no mercado financeiro

### **Por ajuste nas contas, estados cortam investimentos**

29/02/2016 – Fonte: Paraná online

A queda nas receitas e o aumento das despesas obrigatórias estão tornando as finanças estaduais insustentáveis. Essa combinação perversa provocou a suspensão de obras, interrupção de serviços públicos básicos e atraso no salário dos funcionários em diversos Estados.

As finanças estaduais se agravaram no ano passado em meio a um cenário de forte recessão - o Produto Interno Bruto (PIB) deve ter recuado 4% em 2015 - e a inflação superou 10%. A crise atual já arrastou importantes Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

Com pouca margem de manobra, os governadores escolheram um corte profundo nas despesas de investimento como uma das maneiras de fazer o ajuste fiscal. No ano passado, os governos estaduais reduziram os investimentos em 37% na comparação com 2014, de acordo com um levantamento feito por Pedro Jucá Maciel, consultor econômico do Senado, com base nos dados disponíveis de 24 Estados e do Distrito Federal.

Os Estados brasileiros já vinham com uma estrutura fiscal bastante ruim. Os primeiros sinais começaram em 2012, quando a economia brasileira começou a desacelerar. Para evitar um agravamento maior do quadro, o governo federal promoveu uma série de empréstimos para os Estados, o que resultou numa nova onda de endividamento.

"Se a lição de casa tivesse sido feita em 2012, não estaríamos passando pela dificuldade que enfrentamos agora", afirma Maciel. Segundo o consultor, no ano passado, o avanço da receita ficou abaixo da inflação em todos os Estados.

Diante desse quadro, a conta dos Estados passou a não fechar porque os governadores não conseguiram um alívio nas despesas. Pelo contrário. Elas continuaram crescendo. O aumento da inflação contribuiu para a elevação do gasto com pessoal.

"É preciso atentar que atrasar pagamento é como febre: um sintoma da doença. É preciso combater as razões estruturais para a crise federativa e também recuperar a economia", afirma José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Na avaliação dos analistas em finanças públicas, está claro que o problema fiscal dos Estados não é conjuntural, mas estrutural. Na semana passada, o governo federal começou a acenar com uma série de medidas para tentar aliviar os Estados.



Uma das propostas em estudo é a possibilidade de federalizar as empresas estaduais como parte da renegociação do débito dos Estados. "Como o diabo mora nos detalhes, é preciso assegurar que as mudanças serão promovidas e em profundidade para salvar os Estados. E não seja apenas uma forma de angariar apoio de governadores para salvar o mandato da Presidenta Dilma", diz Afonso, do Ibre/FGV.

## Especialistas dão dicas para mater o foco e enfrentar o período sem emprego

29/02/2016 – Fonte: Pioneiro.com



Ficou desempregado? Então, é hora de buscar uma reestruturação financeira para atravessar esta fase e ficar prevenido. Em Caxias do Sul, 14 mil empregos foram fechados em 2015. E os números não param de subir — em janeiro, outros 539 postos foram extintos na cidade.

Segundo o IBGE, em janeiro deste ano, o número de desempregados no país saltou para 7,6%, 0,7% a mais do que em dezembro de 2015. Na faixa etária entre 18 e 24 anos, o índice de desempregados alcançou 18,9 em janeiro. Em dezembro, a taxa foi de 16,5%. Inicialmente o montante do FGTS recebido na rescisão, por exemplo, pode parecer "muito dinheiro", mas ele deve ser preservado para garantir a sobrevivência da família.

O educador financeiro e presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin), Reinaldo Domingos, e a coordenadora do Curso de Ciências Econômicas da UCS e economista, Jacqueline Maria Corá, dão 13 passos para manter o foco e enfrentar o período.

### 13 passos para sobreviver ao desemprego

**A primeira ação** — Converse com todos os membros da família e explique a situação de forma clara, mostrando que, durante o período que estiver desempregado, todos deverão contribuir para reduzir significativamente as despesas, cortar os supérfluos, adiar as compras desnecessárias e adiar viagens.

**Faxina financeira** — Conheça suas dívidas. Relacione-as, analise-as, veja o que pode ser cortado, o que pode ser reduzido, o que pode ser negociado. Agora é um bom momento para negociações, principalmente as despesas fixas de todo mês.

Pense muito bem nessa questão, pois chegou a hora de cortar gastos que não agregam à vida. Devem ser repensados: TV a cabo, celulares e smartphones, balada e ida a restaurantes, reduzir a conta da água e energia e cortar outros pequenos gastos. Priorize o que é realmente fundamental nesse período.

**O FGTS** — Se estiver endividado, pode ser um erro querer quitar as dívidas com o dinheiro do Fundo de Garantia. Se usar muito deste dinheiro, estará sob o risco de ficar sem receita para cobrir gastos básicos.

O valor do FGTS deve ser preservado para garantir que a família possa "sobreviver" \_ pagar suas despesas regulares como aluguel, condomínio, água, luz, telefone, supermercado, escola etc., sem maiores problemas, até ser admitido novamente em um novo emprego. Então, planeje-se melhor em relação a esses valores antes de qualquer medida.

**Crie uma reserva emergencial** — O desempregado tem de ter dinheiro guardado para as despesas, e, eventualmente, para investir num curso e retomar a carreira. A primeira medida a ser tomada é reter os valores ganhos de fundo de garantia, seguro-desemprego e férias vencidas. Esse dinheiro só deverá ser mexido após ser estabelecida uma estratégia.

**Analise a sua realidade** — É fundamental que tenha total domínio de seus números nesse momento. Portanto, se deve saber o valor que possui guardado e somar com o que será ganho. Também deverá fazer um levantamento de todos os gastos mensais, minuciosamente, desde cafezinho até parcela da casa própria, nada deve passar despercebido. Em caso de dívidas e parcelamentos, esses devem ser também somados.

**Congele ferramentas de crédito** — Cartões de crédito, cheque especial, cartão de lojas e outras ferramentas de crédito fácil devem ser prioritariamente esquecidas de sua vida. Evite mesmo em caso de emergência. Caso não consiga pagar esses valores, os juros serão exorbitantes, criando um caminho de difícil volta.

**Mude o seu padrão de vida** — É hora de reestruturação, e não de manter a pose. Nos momentos de dificuldade, a humildade é um diferencial. Então, o primeiro passo para mudar sua realidade é aceitar que seu padrão de vida mudou, e não viver de aparências.

**Negocie as dívidas** — Ainda falando de humildade, chegou a hora de buscar os credores e ser o mais franco possível, mostrar que não quer se tornar inadimplente, mas que também não possui condições de pagamento, buscando assim diminuir os juros e esticar os débitos. Lembrando sempre de priorizar dívidas com juros mais altos e com bens de valor como garantia.

**Fuja dos exploradores** — Infelizmente, por mais que seu momento seja de desespero, existem pessoas mal-intencionadas prontas para se aproveitarem dos seus temores. Não permita abusos.

Muitos tentarão tirar proveito de sua fraqueza para tentar obter vantagens. Evite promessas e garantias descabidas. Às vezes, é melhor estar com o nome sujo do que ser explorado pelas pessoas.

**Ao comprar, pesquise muito** — Lojas físicas e virtuais, sites de busca pelo melhor preço, sites que vendem produtos usados em bom estado. Negocie, negocie e negocie. Todos estão dispostos a negociar para não perder a venda. Os tempos estão bichudos para todos!!

**Faça você mesmo** — O almoço, os doces, pequenos reparos nas roupas e na casa, manicure, decoração, presentinhos para amigos etc., tem uma série de coisas que podemos fazer e economizar o valor para outras coisas.

**Busque fazer bicos** — Por mais que não seja em sua área de atuação, busque fontes alternativas de ganhos. Chegou a hora de deixar o orgulho de lado e buscar garantir um mínimo de renda, por mais que não seja em sua área de atuação.

**Levanta e sacode a poeira** — Agora é hora de buscar o mais rápido possível a recolocação profissional. Use seu network, se posicione como alguém que está à espera de oportunidades no mercado. Lembre-se, as oportunidades geralmente aparecem para quem está atrás dela. Esqueça o desânimo, levante a cabeça e olhe para o futuro.

## **Bombril pode ter de pedir nova recuperação judicial**

29/02/2016 – Fonte: Paraná Online

Uma das mais tradicionais empresas brasileiras, a fabricante de bens de consumo Bombril contratou assessoria para reestruturar o negócio, que sofre com alto endividamento, caixa reduzido e sucessivos prejuízos acumulados. Fontes de mercado afirmam que a companhia poderá fazer um novo pedido de recuperação judicial, caso não tenha sucesso nas renegociações em curso.

Este é mais um episódio conturbado de uma agitada história empresarial. A companhia, fundada em 1948 e conhecida especialmente por sua esponja de aço, já passou por severos problemas financeiros, trocou de dono, enfrentou brigas entre sócios e até um longo processo de recuperação judicial, que se estendeu de 2003 a 2006.

O negócio é hoje controlado pelo filho do fundador, Ronaldo Sampaio Ferreira, mas tem entre seus sócios minoritários o investidor Silvio Tini, o fundo de pensão Previ (caixa de previdência dos funcionários do Banco do Brasil) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que a atual reestruturação da empresa, comandada pela consultoria Ricardo K (de Ricardo Knoepfelmacher), busca uma solução financeira para a companhia.

Neste momento, dizem fontes, a ideia ainda é evitar a recuperação judicial, apesar dos números ruins. A Bombril teve receita bruta de R\$ 1,24 bilhão nos primeiros nove meses de 2015. O prejuízo, em igual período, foi de R\$ 240 milhões.

A empresa sofre também com o caixa apertado: tinha R\$ 11 milhões disponíveis em 30 de setembro de 2015, ante R\$ 53 milhões no fechamento de 2014. Nos primeiros nove meses do ano, o endividamento líquido total subiu 26% e atingiu R\$ 476 milhões, puxado pelas dívidas tributárias. Mais de 60% dos débitos da Bombril são de curto prazo.

Uma fonte ligada à companhia diz que o processo de diversificação do portfólio de produtos empreendido nos últimos anos (com o lançamento de novos itens do setor de limpeza e de uma linha de cosméticos) não deu o resultado esperado. Pelo contrário: a investida acabou por apertar ainda mais as margens.

Na tentativa de "virar a página", a empresa também fez mudanças no marketing: abandonou seu "garoto Bombril", Carlos Moreno, em favor de uma campanha voltada ao poder feminino, com a cantora Ivete Sangalo e as comediantes Dani Calabresa e Mônica Iozzi.

Se pedir recuperação judicial novamente, a empresa retornará à situação especial que já viveu entre 2003 e 2006, época em que o filho do fundador do negócio, Ronaldo Sampaio Ferreira, voltou ao comando da companhia, que havia sido vendida a um grupo italiano nos anos 1990.

Procurada, a gestora Ricardo K não quis comentar. A Bombril admitiu, em nota, que está analisando uma reestruturação de capital às novas condições do mercado. A empresa negou que esteja planejando um pedido de recuperação judicial.

### **Samarco pede para voltar a operar em Mariana**

29/02/2016 – Fonte: R7

A Samarco se prepara para voltar a operar em Mariana. Menos de quatro meses depois do rompimento da barragem da empresa no município, a mineradora entrou com pedido na Secretaria de Estado de Meio Ambiente para usar duas cavas - buracos que se formam depois que determinado ponto da mina se exaure - como depósito de rejeitos.

Conforme o responsável pela área de licenciamento da pasta, Geraldo Abreu, a solicitação é o primeiro passo para a retomada das atividades na região. "O segundo seria um pedido para suspensão do embargo feito pelo Estado depois da queda da barragem", disse. Não há prazo para a resposta, mas os procedimentos requeridos podem levar um ano para serem finalizados.

### **Alívio na conta de luz não deve impedir estouro da meta da inflação em 2016**

29/02/2016 – Fonte: Paraná Online

A redução de 6% a 6,5% estimada pelo governo para a conta de luz em abril, quando deixará de vigorar a cobrança extra na tarifa de energia elétrica, deverá trazer alívio à inflação oficial no mês, segundo analistas consultados pelo Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, que estão refazendo suas estimativas para a inflação de abril. No entanto, para 2016, as previsões de IPCA continuam acima do teto da meta, de 6,5%.

Para o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, a atual projeção de inflação do governo, de 7,1%, pode ser reduzida. "O ministro de Minas e Energia colocou um dado importante, que é a expectativa de mudança da bandeira tarifária com redução de preços a partir de abril", disse Barbosa, durante o primeiro dia do encontro financeiro das 20 maiores economias do mundo, o G-20.

Com o fim da cobrança, o sistema tarifário terá cor verde a partir do dia 1º de abril. O fim da cobrança extra na conta de luz será possível porque o governo decidiu desligar mais 15 usinas térmicas no início de março. Sem esses empreendimentos, será possível poupar cerca de R\$ 8 bilhões por ano.

A LCA Consultores reduziu a estimativa para o IPCA de abril em 0,10 ponto porcentual, de 0,78% para 0,68%, após a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"Nosso cenário previa bandeira verde apenas em junho", disse o economista Fábio Romão. "Houve apenas um deslocamento do impacto negativo sobre a inflação, uma antecipação de junho para abril", ponderou. Para 2016, a projeção permanece em 7,4%.

O economista Leonardo França Costa, da Rosenberg Associados, esperava a mudança na cor da bandeira somente em maio. Com isso, a consultoria alterou a expectativa para o IPCA de abril de 0,79% para 0,69%, mas a previsão para o mês de maio segue em 0,58%.

O mesmo acontece com a projeção para o IPCA de 2016, que continua em 8%. "Por enquanto não muda. Só houve uma antecipação. Apenas mudou o mês", ressaltou França Costa.

Já a Votorantim Corretora calcula uma contribuição negativa de 0,20 ponto porcentual no IPCA no mês de abril, com a previsão saindo de alta de 0,75% para 0,55%. A projeção para o índice de maio caiu para cerca de 0,50%, ante previsão anterior em torno de 0,70%.

Como a mudança já era esperada em algum momento do ano, a expectativa de IPCA em 7% no fim de 2016 não foi alterada. "É um alívio que desaparece rápido", disse o economista Carlos Lopes.

A Tendências Consultoria não contava com a adoção da bandeira verde em nenhum momento de 2016. "Deve dar alívio importante, na faixa de 0,16 ponto porcentual", estimou o economista Marcio Milan, sobre o resultado de abril.

### **BNDES espera volta do crescimento no fim deste ano**

29/02/2016 – Fonte: Paraná Online

O assessor da diretoria do BNDES Francisco Eduardo Pires de Souza aposta em uma retomada da economia entre o fim deste ano e o início de 2017. A retomada, segundo ele, virá do desempenho positivo de alguns segmentos industriais, como o têxtil, de calçados, aeronáutico, farmacêutico e de celulose.

O crescimento, em sua opinião, estará refletido no PIB e também nos desembolsos do banco. Segundo ele, apesar do cenário desfavorável, alguns indicadores da economia já demonstram estabilidade. É o caso do dólar, da Bolsa de Valores e dos indicadores de confiança do empresariado.

"Há a percepção, hoje, de que chegamos ao fundo do poço e que a perspectiva, daqui para frente, é de crescimento. É claro que uma saída para valer depende das grandes reformas. Mas, se não tiver agora, não será o fim do mundo", afirmou.

Ele acredita também que a perda do grau de investimento pelo Brasil vai dificultar o investimento, mas que não chega a ser um empecilho à retomada. "Vamos pensar bastante para recuperar o grau de investimento. Vai ficar mais caro o crédito às empresas. Mas não quer dizer que não vamos retomar o crescimento.

### **Economistas acreditam em contínua deterioração no mercado de trabalho**

29/02/2016 – Fonte: Paraná Online

O corte de 99.694 empregos em janeiro, segundo números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), apesar de ter vindo abaixo das expectativas do mercado, não altera o quadro de enfraquecimento do mercado de trabalho na avaliação do economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Camargo Rosa.

"O dado vir melhor que o esperado não significa muita coisa. Na realidade, este é um dos piores janeiros desde 2009", disse, em referência ao período após o estouro da crise financeira global, em setembro de 2008. Segundo o AE Projeções, a mediana das expectativas do mercado era de corte de 141 mil vagas formais.

Em janeiro, o comércio eliminou 67.750 empregos e os serviços, 17.159, liderando os cortes. Indústria e construção civil aparecem em seguida, com 16.553 e 2.588,

respectivamente. Para Camargo Rosa, este é um claro sinal de que o ajuste no emprego feito na indústria pode estar chegando ao fim.

"A indústria saiu na frente nas demissões e já não tem muito mais onde cortar. Por outro lado, o comércio e os serviços ainda têm alguma gordura e estão sentindo os impactos da recessão econômica", afirmou.

Pelos cálculos do especialista, se a tendência dos últimos meses se mantiver, o Brasil perderá 1,9 milhão de empregos formais neste ano. "Não vejo nada no quadro econômico que possa trazer algum sinal de alívio para o mercado de trabalho", afirmou o economista-chefe da Sul-América Investimentos. Em 2015, as demissões totalizaram 1,542 milhão.

### **Barclays**

Segundo o banco britânico Barclays, sazonalmente ajustado o Caged de janeiro significa a eliminação de 129.235 postos de trabalho, ante o número também ajustado de 154 mil em dezembro.

"No geral, o resultado de janeiro parece marginalmente melhor, entretanto, se a eliminação de vagas continuar nesse ritmo, chegará a 1,5 milhão este ano, após o recorde de 1,6 milhão de 2015", diz o banco em relatório, assinado pelo economista Bruno Rovai.

Segundo o Barclays, o forte nível de fechamento de vagas reforça a visão de contínua deterioração no mercado de trabalho, o que vai pressionar o consumo das famílias de novo este ano, sendo um dos principais fatores para a recessão prevista para 2016.

"Os números marginalmente melhores em janeiro não nos deixam otimistas sobre uma recuperação no Brasil, mas reforçam nossa visão de que a recessão este ano pode ser levemente mais contida do que em 2015", afirma o texto.

### **Chery enfrenta 3ª greve de trabalhadores em um ano e meio de operação no Brasil**

29/02/2016 – Fonte: Paraná Online

Há apenas um ano e meio no Brasil, a montadora chinesa Chery enfrenta sua terceira greve de trabalhadores. Os funcionários da fábrica em Jacareí, a 80 quilômetros de São Paulo, informaram nesta sexta-feira, 26, que pararam as atividades de produção por tempo indeterminado. Eles reivindicam a reincorporação de 40 terceirizados que foram demitidos ontem.

Segundo Guirá Guimarães, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (que inclui Jacareí), os 40 terceirizados exerciam funções diretamente ligadas à produção de veículos, o que é proibido por lei.

Trabalhadores terceirizados só podem atuar nas chamadas "atividades meio", que não estão ligadas ao objetivo principal da empresa (atividade fim). Um vigilante, por exemplo, pode ser terceirizado, porque sua função não está associada à produção de veículos.

Os 40 demitidos eram funcionários da BMS Logística, que prestava serviços para a Chery. Em geral, serviços de logística são considerados uma atividade meio, mas o sindicato alega que os transportes de carga estavam sendo feitos internamente, e não externamente.

Segundo Guimarães, havia uma negociação com a Chery para que os terceirizados fossem contratados pela montadora. Ontem, uma reunião chegou a ser marcada para a próxima terça-feira, para que o tema da terceirização fosse discutido. No entanto, no mesmo dia, a BMS informou o desligamento dos seus 40 funcionários.

Em nota, a Chery disse que lamenta o desligamento dos funcionários da BMS, mas afirma que não tem responsabilidade ou gestão sobre a decisão da empresa terceirizada. O contrato entre ambas também foi rescindido ontem.

"A empresa informa que nunca se comprometeu, junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, a contratar colaboradores de empresas terceirizadas", diz o comunicado.

A fábrica de Jacareí, a única da Chery no Brasil, foi inaugurada em agosto de 2014 e emprega cerca de 400 pessoas. Essa é a terceira greve de trabalhadores da montadora em apenas um ano e meio de funcionamento da unidade.

Na primeira, no início de 2015, os funcionários pediram aumento de salário, sob a justificativa de que a remuneração paga pela empresa estava muito abaixo do mercado. Na segunda, em outubro, um novo aumento foi pedido, mas dessa vez em razão da data-base da categoria.

A nova paralisação ocorre em meio a uma crise do setor automotivo no Brasil. A venda de veículos novos teve recuo de 26,5% em 2015 ante 2014, a terceira queda anual seguida, de acordo com a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve).

Com o enfraquecimento do mercado, a produção registrou baixa de 22,8% na mesma comparação, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

### **Tarifa de energia da Copel pode baixar quase 6%**

29/02/2016 – Fonte: Paraná Online

A tarifa residencial da Copel Distribuição deve cair 5,76% no próximo reajuste anual, em 24 de junho, segundo a consultoria TR Soluções, especializada no cálculo de gastos com energia, água e gás. A estimativa é para a tarifa "normal", ou seja, não inclui as taxas adicionais das bandeiras tarifárias, que já estão recuando e podem ser zeradas até meados do ano.

Sem contar as bandeiras, a conta de luz no Paraná subiu 104% nos últimos dois anos, ou seja, mais que dobrou. Além dos reajustes anuais da Copel, em meados de 2014 e 2015, também houve um reajuste extraordinário, para todas as concessionárias do país, em março do ano passado.

Paulo Steele, sócio administrador da TR, diz que a redução esperada para este ano se deve basicamente a dois fatores: a redução de 31,5% no valor de um encargo setorial, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); e o término do repasse dos "diferimentos", ou seja, os reajustes que a empresa não havia aplicado na íntegra nos anos de 2013 e 2014 e que foram embutidos na tarifa a partir de junho do ano passado.

Pelos cálculos da TR, os diferimentos representam R\$ 38 da atual tarifa residencial da Copel, de R\$ 492,31 por megawatt-hora (MWh). A queda no valor da CDE, por sua

vez, tende a provocar uma redução média de 4,5% nas tarifas da Região Sul, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

### **Cotas**

Outra questão que deve suavizar a tarifa da Copel, mas com peso menor que as já citadas, é a redistribuição do regime de cotas, no qual cada concessionária tem direito a uma fatia da produção de cerca de 60 hidrelétricas.

“Na redistribuição, o governo encaminhou uma fatia maior dessas cotas para distribuidoras do Sul e do Sudeste. Como a energia das cotas é mais barata que a média, isso barateia o custo dessas distribuidoras”, explica Steele.

O leilão de concessão de 29 hidrelétricas antigas, realizado em novembro de 2015, resultou num aumento de mais de 70% no valor da energia distribuída em cotas. Por causa da cobrança de bônus de outorga, o preço subiu de R\$ 35 para R\$ 61 por MWh.

Ainda assim, ele continua muito abaixo do cobrado pela “energia nova”, que, no último certame, foi negociada a quase R\$ 150 por MWh, em média.

Segundo o consultor da TR Soluções, a queda de 32% na tarifa de Itaipu em 2016 deve ter efeito neutro sobre a tarifa da Copel. Isso porque a energia produzida pela hidrelétrica é cotada em dólar, que ficou mais caro.

### **Artigo: Economistas e governo cavam ativamente o fundo do poço**

29/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Demanda fraca nos mercados externo e interno, desconfiança de consumidores e de investidores, alto nível de endividamento das famílias e das empresas, dúvidas sobre a situação fiscal do país, incertezas no cenário político, erros na condução da política econômica...

São muitas as razões que levam especialistas a acreditar que a crise pode se aprofundar ainda mais antes de a economia iniciar uma retomada, não vislumbrada para os próximos meses. Para Carlos Kawall Leal Ferreira, economista-chefe do Banco Safra, a demanda fraca não sugere uma recuperação do país nos próximos meses.

Leia, abaixo, a análise de Fernando Rugitsky, professor da FEA/USP e doutor em economia pela New School for Social Research (EUA).

Os brasileiros estão à procura de um fundo do poço, da esperança de que a economia está prestes a se recuperar da assombrosa queda que atravessa. Poderão os economistas oferecer esse consolo? Ou será mais plausível concluir que estamos a cavar o nosso próprio poço?

É verdade que a dinâmica de uma crise pode criar por si alguns impulsos para a recuperação. A desvalorização cambial, por exemplo, torna as exportações mais competitivas, enquanto a produção nacional ganha espaço no mercado interno, estimulando o aumento da produção.

Para que tais efeitos sejam significativos, contudo, é necessário que os mercados absorvam tal produção. Uma economia internacional desacelerando e um mercado doméstico encolhendo rapidamente tendem a enfraquecer esse impulso positivo.



Outro potencial impulso criado pela dinâmica da crise está relacionado ao investimento. A queda dos salários pode recuperar as margens das empresas e levar, conseqüentemente, à recuperação do investimento.

Esse argumento costuma subestimar o desincentivo dos elevados estoques e da ociosidade que acompanham as crises. Um resultado empírico robusto é que o investimento reage muito mais a variações na demanda do que na sua rentabilidade.

A aposta em tais impulsos para que as crises se revertam está relacionada à ideia de que os mercados tendem automaticamente a se equilibrar. Há, porém, compreensões alternativas da dinâmica econômica. Uma delas, formulada pelo economista sueco Gunnar Myrdal, indica que as economias tendem a descrever trajetórias explosivas.

Um processo de crescimento, uma vez iniciado, tende a acelerar continuamente, enquanto uma recessão tende apenas a se aprofundar. O aumento no desemprego leva à queda no consumo, que, por sua vez, derruba o investimento. Segue-se outra onda de demissões que reduz ainda mais o consumo e o investimento. Segundo essa lógica, não há nada que possa criar um fundo do poço.

Alguém poderia argumentar que não se observam historicamente trajetórias explosivas. Isso é verdade. O equívoco é atribuir a relativa estabilidade aos mercados. Diante da crise de 1929, a maior parte dos países construiu travas institucionais que lograram colocar freios às oscilações econômicas.

Quando tais freios não foram suficientes, a política econômica foi mobilizada para impedir o desemprego em massa.

O problema atual do Brasil é que não apenas o sistema político está girando em falso como as iniciativas anunciadas enfraquecem as travas à derrocada econômica. São os casos das metas de crescimento dos gastos públicos e da reforma da Previdência.

Ávidos por trazer ao Brasil um mistificado liberalismo econômico, economistas convencionais e os membros do governo que foram convencidos por eles defendem políticas que aceleram a trajetória explosiva, em vez de se contrapor a ela. Estão cavando ativamente o fundo do poço.

(FERNANDO RUGITSKY é professor da FEA/USP e doutor em economia pela New School for Social Research (EUA). )

## **Artigo: O fantasma do desemprego**

29/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Há poucos meses o Brasil se orgulhava do "pleno emprego". Todas as pessoas dispostas a trabalhar pelo salário oferecido encontravam uma vaga. Dava até para escolher!

As coisas mudaram. A atividade econômica está fraca, a demanda por produtos e serviços diminuiu, as empresas faturam menos. Elas fazem o que precisa ser feito, cortam custos. A folha de pagamento, da qual você faz parte, é um dos principais alvos.

Agora não é hora de reclamar de que ganha pouco, de que merece aumento de salário, de que não gosta da empresa, dos colegas ou do trabalho. Adote a atitude profissional que o empregador espera, seja positivo, colaborativo e produtivo. Dê a ele uma boa razão para deixar seu nome longe da lista de cortes.

## **ESTOU EMPREGADO**

Não foi demitido ainda? Ótimo! Então faça por merecer e demonstre ao empregador por que você merece ficar.

Seja produtivo, trabalhe duro, faça mais em menos tempo. E pare de reclamar de que você trabalha mais do que o colega que ganha a mesma coisa. É assim que você demonstra ser mais produtivo do que ele.

Respeite os horários. Evite chegar atrasado, esticar a hora do almoço ou sair mais cedo. Os preguiçosos, com baixo comprometimento com o trabalho, são os primeiros na lista da demissão.

Seja flexível. A empresa precisa de gente disposta e preparada a mudar de posição, trabalhar nos fins de semana e horários estendidos. Faça seu chefe -e a empresa- saber que pode contar com você.

Seja criativo e inovador. Descubra e proponha formas de entregar melhor resultado, em menos tempo, com menos erros, menos custos e maior satisfação do cliente.

Seja colaborativo, ofereça ajuda. A empresa valoriza os que sabem trabalhar em equipe. Quando existe colaboração, a produtividade aumenta e o ambiente de trabalho fica muito melhor.

Seja realista e se conscientize de que o mar não está para peixe. Você não gosta do seu trabalho, não é o emprego dos sonhos? Seja profissional e entregue o melhor resultado possível. Relaxar para ser demitido ou pedir demissão agora, nada a ver.

## **FUI DEDITIDO**

Foi mal, você acaba de perder o emprego. Ou está prestes a ser demitido. Aproveite para aprimorar seus conhecimentos no mercado em que atua ou abrir novos horizontes. A crise nem sempre afeta todos os setores da economia com a mesma intensidade.

Prepare um currículo bem-feito, objetivo, ressaltando suas realizações profissionais: aumento de vendas, redução de custos, melhoria de processos.

Seja conciso. Em duas páginas informe dados pessoais, objetivo, formação acadêmica, resumo das qualificações, atividades profissionais, empregos anteriores e cursos de aperfeiçoamento. Erro de português e mentiras? Imperdoável!

Se você está buscando duas posições distintas, prepare dois currículos. Caso contrário, dará a impressão de que não sabe o que quer.

Prepare-se para a fase de entrevistas. Pesquise tudo sobre a empresa, sonho, missão, valores, propósito, desafios, concorrentes.

Por que ela deve te contratar? Que benefícios ou resultados você pode aportar? E nada de reclamar do chefe e da empresa anterior. Falta gravíssima!

## **DINHEIRO**

Você está preparado para esse imprevisto ou foi pego de surpresa? O salário não virá por uns tempos e as contas não param de chegar, cada vez mais altas. Não pagar significa ter, em breve, dois problemas: desempregado e endividado.

Você sabe o que tem de fazer: cortar, cortar, cortar. E avise a família para que todos se ajustem à realidade. Se estiverem comprometidos, a experiência talvez permita encontrar um novo estilo de vida a ser mantido quando um novo emprego surgir.

Procure manter uma reserva financeira no valor mínimo de 3 a 6 meses do orçamento familiar. Esse é o tempo que leva, em média, para um trabalhador qualificado se recolocar no mercado.

A reserva financeira proporciona segurança e equilíbrio para enfrentar a fase difícil. Sem dinheiro, tudo se complica e as coisas podem parecer piores do que são. Esteja preparado.

## **Ministros e empresários veem clima de letargia no Brasil**

29/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



"Infelizmente, não piorou o suficiente para começar a melhorar, para fazer agentes políticos e sociedade saírem da inação e da letargia para reagir à crise econômica."

A frase é de Guilherme Afif Domingos, atual presidente do Sebrae, com sala no quarto andar do Palácio do Planalto e reflete o que tem sido dito reservadamente por ministros próximos à presidente Dilma Rousseff e empresários que tiveram reuniões recentes em Brasília.

A avaliação praticamente consensual entre estes grupos é que o governo até lançou um bom plano neste ano para tentar sair da crise, baseado em liberação de crédito, ajuste fiscal fraco no curto prazo e reformas estruturais no longo prazo para reequilibrar as contas públicas.

O clima político, porém, voltou a piorar e sinaliza que estas medidas ou vão se arrastar no Congresso ou nem serão aprovadas, o que tende a aprofundar ainda mais a crise econômica. Até que ela fique "insuportável", segundo um empresário, para que haja um consenso mínimo para tirar o país do buraco.

Na avaliação de um interlocutor da presidente Dilma, depois de demitir Joaquim Levy, ela buscou, com Nelson Barbosa no Ministério da Fazenda, atender os dois lados, a esquerda com um ajuste fiscal brando neste ano e a direita com a proposta de reformas da Previdência e fiscal.

Esta estratégia, porém, dá sinais de que pode naufragar diante da resistência petista às medidas, o que tende a agravar a crise econômica, levando ao cenário descrito por Afif Domingos e partilhado por assessores próximos da presidente e empresários: o de que o país terá de ir ao "fundo do fundo" do poço para começar a melhorar.

O problema, alerta um interlocutor da presidente, é que o PT não estaria compreendendo que este impasse reforçará a sensação de que Dilma não conseguirá tirar o país do buraco e pode fazer crescer a onda em favor de seu impeachment.

Afif Domingos, que tem se reunido regularmente com a presidente, diz que ela teve "coragem" de propor medidas como as reformas da Previdência e fiscal para superar a crise, mas reclama que a petista está sendo "paralisada" pelo clima no Congresso.

Um assessor afirma, porém, que esta coragem tem também seu lado ruim: afasta o PT e as centrais sindicais, contrários a mudanças na aposentadoria e a propostas de teto para gastos, do governo num momento de fragilidade política da presidente.

Aí, diz o auxiliar, uma "coisa vai alimentar a outra" –ou seja, quanto maior for o distanciamento entre Dilma Rousseff e seus aliados naturais, maior será a crise na política e na economia.

Dentro da equipe econômica, o clima é de apreensão. Uma semana depois de Nelson Barbosa lançar sua proposta de reforma fiscal de longo prazo, com fixação de teto para gastos, o clima político piorou dentro e fora do governo para as medidas.

Na semana em que o ministro ficou fora do país –estava na China para reunião do G20–, sua equipe ficou preocupada ao ouvir o ministro Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo) dizer que a proposta de reforma da Previdência não deve ficar pronta em abril, prazo estabelecido inicialmente pela Fazenda para fechar o texto.

Além disto, o PT elevou o coro contra a política econômica de Barbosa e lançou um plano alternativo com propostas na direção oposta à que ele tem defendido como o melhor caminho para estabilizar a economia e fazê-la voltar a crescer.

Os petistas querem gastar mais, liberar mais crédito, usar as reservas cambiais para investimentos e forçar uma derrubada na taxa de juros, iniciativas que o ministro da Fazenda não vê clima para serem adotadas agora.

Dentro do Palácio do Planalto, a queixa é que o PT não está dando a Nelson Barbosa, nome preferido do partido para comandar a Fazenda, o tempo que deu até para Joaquim Levy tentar tirar a economia do atoleiro.

No governo e no mercado, a pergunta que se faz é o que pode acontecer ao governo se o plano do ministro da Fazenda naufragar por falta de apoio de sua própria base.

Dois caminhos são possíveis: uma guinada à esquerda, considerada inviável por analistas diante do buraco nas contas públicas, ou o afastamento cada vez maior ou definitivo da presidente Dilma de seu partido.

## **Água, minerais, lítio e carbono viram estrelas no novo ciclo de commodities**

29/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Aquecimento global, estiagens frequentes e oferta limitada do recurso natural estão transformando a água em commodity. Em alguns países, ela é negociada como tal. Na Austrália, país agrícola onde o clima é seco, já existe negociação de contratos futuros de água, assim como acontece com petróleo ou soja.

Na plataforma Waterfind, uma pessoa compra água para entrega em uma data futura e pode optar por receber o ativo ou vender o contrato antes do vencimento.

A possibilidade de não receber o ativo que lastreia o contrato —nesse caso títulos que garantem o acesso à água— incentiva a entrada de especuladores no mercado, o que gera um debate sobre a "commoditização" da água.

O temor é que o recurso fique nas mãos de investidores e cada vez mais caro. Por outro lado, há o argumento de que mercados organizados podem estimular melhor uso da água e mais investimento.

Mas especialistas apontam dificuldades em tornar a água uma commodity global, como diferenças na precificação e na regulação entre os países.

Conhecido por ser o primeiro investidor a descobrir a bolha do mercado de hipotecas dos EUA —e apostar contra ela—, Michael Burry, um dos protagonistas do filme "A Grande Aposta", decidiu investir em água após ganhar milhões com a crise.

Mas ele não está na Bolsa australiana. Para Burry, a melhor forma de apostar na água é investir na produção de alimentos em regiões onde esse recurso é abundante.

### **LÍTIO, A NOVA GASOLINA**

Quase todo aparelho eletrônico tem baterias de lítio, também usado em vidros, cerâmicas e lubrificantes. Mas é no mundo tecnológico que o elemento químico encontra forte aumento de demanda.

Batizado de "nova gasolina" pelo banco Goldman Sachs, o lítio é peça-chave na revolução dos carros elétricos e pode substituir a gasolina como principal combustível, à medida que os custos das baterias caem e tornem esses veículos mais atrativos economicamente.

Para o banco, a demanda por lítio para uso em carros elétricos deve crescer mais de 11 vezes até 2025 -as baterias desses veículos contêm entre 40 e 80 quilos de lítio. Empresas como a Tesla também apostam em baterias fixas de lítio para armazenar energia renovável para residências e empresas.

Os preços refletem o mercado agitado: a tonelada de carbonato de lítio subiu mais de 130% nos últimos 12 meses na China, o que faz mineradoras tradicionais se movimentarem em busca da nova commodity. A Rio Tinto se prepara para desenvolver uma mina na Sérvia, e a sul-coreana Posco vai extrair e processar lítio na Argentina.

### **CARBONO, AINDA O MERCADO DO FUTURO**

Regiões que representam quase um quarto das emissões globais de gases de efeito estufa já colocam um preço no carbono.

Desde 2012, o número de instrumentos de precificação de carbono existentes ou em processo de implementação quase dobrou.

Títulos de créditos de carbono são negociados há anos em algumas das maiores Bolsas do mundo, como a ICE, em Nova York, e a de Londres. Eles dão ao comprador o direito de emitir mais carbono do que sua meta permite. O estágio atual desse mercado, no entanto, está aquém do esperado.

Segundo o Banco Mundial, a maioria dos títulos emitidos atualmente tem valor menor de US\$ 10 por tonelada de CO<sub>2</sub> equivalente, abaixo do necessário para alcançar a meta de limitar em 2°C o aumento da temperatura mundial neste século.

Mas o desenvolvimento frustrante das negociações de créditos de carbono não retira o CO<sub>2</sub> da lista de candidatos a commodity do futuro. Para Mariana Nicolletti, pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, negociar títulos de carbono é a forma mais eficiente para os países alcançarem as suas metas de redução de emissões -melhor que pagar multa, por exemplo. A aposta continua.

## **TERRAS-RARAS, NO SEU DIA A DIA**

Dezessete elementos da tabela periódica formam o grupo de minerais conhecido como terras-raras -que são raros só no nome.

"São mais abundantes do que o cobre e o ouro", afirma Romualdo Andrade, do Departamento Nacional de Produção Mineral. São chamados assim por causa da dificuldade na separação desses elementos.

Os minerais de terras-raras tornaram-se essenciais na vida moderna, devido à sua alta capacidade magnética. O coração de uma turbina eólica, por exemplo, é feito de neodímio, um dos elementos do grupo. Sem ele, os smartphones não seriam capazes de vibrar. Na ausência do európio, telas de celulares, TVs e computadores também não teriam tantas cores e definição.

Por estarem mais presentes no dia a dia, as terras-raras têm demanda crescente. A China domina esse mercado, inclusive os preços, ao responder por 90% da produção. Mas o Brasil, com a segunda maior reserva mundial, dá os primeiros passos.

A CBMM, detentora dos direitos de exploração de terras-raras no Brasil, avança na exploração. Neste mês, produziu pela primeira vez o didímio, metal feito a partir da mistura de dois desses elementos, usado na fabricação de superímãs.

## **Micro e pequenas empresas terão prioridade no exame de patentes**

29/02/2016 – Fonte: Agência Brasil



O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior lançou este mês projeto-piloto que cria até 300 vagas para micro e pequenas empresas requererem o exame de patente Marcelo Camargo/Agência Brasil.

O doutor em computação Antonio Valerio Netto é um dos diretores da Cientistas, empresa que cria dispositivos de segurança e outras soluções em tecnologia em São Carlos, interior de São Paulo. Em Florianópolis, o advogado Flávio Boabaid desenvolveu um sanitário portátil para evitar o aperto de quem está na rua e quer usar o banheiro.

Diferentes no perfil, eles têm algo em comum: são pequenos empresários e aguardam há alguns anos o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) liberar as patentes de seus produtos. A partir de agora, outros pequenos empreendedores terão chance de um desenlace mais ágil.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o INPI, vinculado à pasta, lançaram este mês projeto-piloto que cria uma fila prioritária de até 300 vagas para micro e pequenas empresas requererem o exame de patente. O objetivo é ajudar o grupo, financeiramente mais vulnerável, a evitar esperas longas.

Hoje, a análise pode demorar até 11 anos dependendo da área para a qual a patente é requerida, segundo Júlio César Moreira, diretor de Patentes do INPI. "Em

telecomunicações, pode levar 11 anos. Em metalurgia e petróleo, de seis a sete anos", explica. Segundo ele, existem cerca de 200 mil pedidos de patente no órgão.

"A pequena e micro-empresa ficava nessa fila e você tinha muita demora na resposta. E ela necessita de um maior suporte do governo para se manter. Tirando o pequeno empresário e colocando na fila especial, a gente dá condições para que a empresa se capacite e continue no mercado", afirma Moreira.

Segundo ele, a expectativa, com o projeto, é reduzir o tempo de espera das pequenas empresas a um ano. Teria sido um ganho de tempo significativo para Antonio Valerio Netto.

### **Pedidos de patentes**

"O último pedido de patente que mandamos foi em 2015. Mas temos patente requerida há cinco, seis anos. Nenhuma saiu ainda", conta o empresário. Segundo ele, a exclusividade sobre os produtos faz diferença para pequenas empresas.

"Para um cliente investir, tem de estar seguro de que só você vai fazer. Senão todos podem fazer igual. Aí chega uma multinacional, põe mais dinheiro e como fica o pequeno empresário? Se eu tivesse em 18, 24 meses, esse ativo [patente] na minha empresa, seria interessante. Ela teria valor de mercado", destaca.

A empresa de Antonio também pediu seis registros de marca, já concedidos. "Os registros saem muito rápido, levam menos de um ano. Os pedidos de patente, a média é três a seis anos", explica. O empresário considera válida a iniciativa de priorizar os pequenos empresários, mas defende ações estruturais.

"É sempre positivo tocar na ferida. Mas a gente entende que o grande desafio do INPI é fazer uma gestão automatizada do processo. Além disso, para examinar um pedido de patente precisa ser especializado. Às vezes falta gente para avaliar. [O projeto de priorizar] é bom, mas [o problema] requer uma solução mais profunda", acredita.

### **Banheiro portátil**

No caso de Flávio Boabaid, a espera pela patente nacional para o Banheiro Portátil Número 1 dura desde 2012. A demora no Brasil foi tanta que a patente internacional do produto saiu primeiro. Na prática, portanto, o resultado do pedido junto ao INPI tornou-se supérfluo.

O empresário conseguiu registrar o produto por meio do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), acordo multilateral do qual o Brasil é signatário. Com isso, ele tem direitos sobre a invenção por 20 anos em 148 países. Flávio conta que o pedido internacional custa mais e está condicionado ao nacional.

"Baseado no pedido de patente no seu local é que você dá entrada no internacional. Agora o INPI vai respeitar o PCT. Só que o procedimento internacional é muito mais caro", relata. Para Flávio, o Brasil "demora muito" para fazer a análise. "Lá fora, na Suíça, em um ano e pouco foi deferido. O problema é que, até ser concedido, você não sabe se está agindo certo ou errado nos negócios", diz.

A prioridade a determinados tipos de pedido de patente pelo INPI, a exemplo do que está sendo concedido aos pequenos empresários, não é novidade.

A autarquia já priorizava o exame de patentes de tecnologias verdes e, no início deste ano, lançou o Prioritário BR, programa que garante que um pedido de patente inovadora depositado originalmente na autarquia, mas com depósito equivalente em outro país, seja analisado primeiro.

"Estamos fazendo esses exames prioritários como um esforço do INPI, de cada vez mais a parte brasileira em exportações ter valor agregado", afirma Júlio César Moreira. Ele frisa, no entanto, tratar-se de apenas "uma parte do processo" e reconhece que a autarquia precisa de melhoras.

"O INPI tem que ser reestruturado, tem que ter mais gente, recursos humanos especializados para analisar aquele pedido. Essas medidas [como priorizar] ajudam, mas são reforços pontuais", conclui.

O projeto-piloto para priorizar o exame de patentes para pequenas empresas terá duração de um ano. Ao fim desse período, segundo Júlio César Moreira, será avaliado se o programa se tornará permanente.

Para fazer o requerimento do exame prioritário é necessário estar enquadrado nas categorias de micro-empresa ou empresa de pequeno porte. A solicitação de andamento prioritário é gratuita, mas apenas o próprio depositante da patente poderá requerê-la.

### **Em baixa no mercado, Gol recebe motor moderno e conectividade**

29/02/2016 – Fonte: folha de S. Paulo



Líder absoluto de vendas por 27 anos (até 2013), o VW Gol hoje disputa a décima colocação do ranking nacional.

Sem grandes mudanças desde 2008, o ex-campeão foi ultrapassado por concorrentes como Hyundai HB20, Chevrolet Onix e Ford Ka.

Para tentar recuperar o prestígio, a linha 2017 do compacto Volkswagen traz pequenas alterações no desenho dos faróis, dos para-choques e das lanternas traseiras. Esses detalhes devem ajudar o carro a recuperar mercado, mas as principais novidades estão na cabine e sob o capô.

O Gol passa a trazer três itens que ajudaram alguns de seus rivais a subir na vida: melhorias no acabamento, motor 1.0 três cilindros (já usado no Up! e no Fox) e central multimídia que se conecta a smartphones.

O novo painel tem desenho mais retilíneo e saídas de ar horizontais. O volante e o quadro de instrumentos -com velocímetro e conta-giros maiores que antes- remetem ao Golf.

Algumas características, porém, ainda incomodam. Os bancos dianteiros têm pouco apoio nas laterais e a regulagem de altura da coluna de direção é item opcional mesmo em versões mais caras.



## **RONQUINHO**

Quase não se percebe a vibração do motor "mil" do Gol (82 cv), que emite um ronquinho grave nas acelerações. Na estrada, o baixo nível de ruídos impressiona.

Uma das virtudes deste 1.0 de três cilindros é o torque em baixos giros, um avanço e tanto em relação a seu antecessor. Com mais força, o câmbio de cinco marchas teve as relações alongadas para melhorar o consumo.

O carro ficou mais esperto nas saídas e nas retomadas, e só nas subidas é que se percebe estar a bordo de um modelo popular.

Contudo, a economia de combustível compensa: o computador de bordo registrou médias de 13,4 km/l na cidade e 17,5 km/l na estrada, com gasolina no tanque.

Os preços do novo Gol partem de R\$ 34.890 na versão básica Trendline 1.0, que deverá ser mais vista em frotas de empresas.

Para a Volkswagen, a opção mais vendida será a equipada com ar-condicionado, vidros e travas com acionamento elétrico e sistema multimídia com tela sensível ao toque (R\$ 39.445).

As versões mais potentes trazem o já conhecido 1.6 8V flex (104 cv) e custam a partir de R\$ 47.490.

Além do Gol, a VW está lançando também o Voyage 2017. Com as mesmas alterações de estilo e mecânica, o sedã parte de R\$ 40.990.

## **Carro compartilhado poderá gerar perda de € 7,4 bilhões para montadoras**

29/02/2016 – Fonte: Automotive Business



O serviço de carros compartilhado está ganhando força em áreas urbanas e aponta para um novo nicho promissor: este mercado deverá gerar uma perda estimada em € 7,4 bilhões para montadoras, uma vez que as vendas globais devem reduzir em 792 mil unidades o número de veículos vendidos até 2021, volume equivalente a um pouco mais de 1% dos 78,4 milhões de novos carros vendidos em mercados onde o compartilhamento é viável.

Os dados são do The Boston Consulting Group (BCG), empresa de consultoria de gestão global e estratégia de negócios, no estudo "Whats ahead for car sharing? The New Mobility and its Impact in Vehicle Sales". A pesquisa revela ainda que este mercado deverá gerar € 4,7 bilhões para as empresas que apostarem neste serviço.

Na Alemanha, o serviço já está em fase bem adiantada, onde atualmente existem 140 serviços diferentes de car sharing em operação, controlando uma frota que subiu de 1 mil unidades em 2011, para mais de 15,4 mil hoje. A base de usuários cresceu de um pequeno grupo em 2001 para mais de um 1 milhão, também com maior aumento a partir de 2011.

Para que o negócio de compartilhamento de automóveis seja rentável na Europa e na

América do Norte, o BCG aponta ser necessário uma população de pelo menos 500 mil habitantes. Já na Ásia-Pacífico, onde a renda per capita é geralmente menor e a infraestrutura de transporte é menos desenvolvida.

O car sharing só será economicamente viável em cidades com população de 5 milhões de pessoas ou mais. “No entanto, em termos relativos, por conta do tamanho e crescimento da população, a Ásia-Pacífico será o maior mercado”, afirma Gang Xu, sócio do BCG e coautor do estudo.

De acordo com o estudo, globalmente, em 2021, cerca de 35 milhões de pessoas estarão registradas em um serviço de carro compartilhado, sendo 14 milhões na Europa, 6 milhões na América do Norte e aproximadamente 15 milhões de usuários na Ásia-Pacífico.

“Esses usuários de serviços de compartilhamento de carros vão gerar uma receita global de € 4,7 bilhões em 2021, com uma receita bruta de € 3,2 bilhões, proveniente de usuários ocasionais, que precisam de um carro apenas para eventuais viagens”, afirma Marco Gerrits, sócio do BCG e coautor do estudo.

“A Europa será a região com maior geração de receita, com € 2,1 bilhões, seguido pela Ásia-Pacífico, que irá contabilizar € 1,5 bilhão e pela América do Norte, com € 1,1 bilhão.”

### **Minoria no acesso ao crédito, microempreendedoras representam quase 50% do setor**

29/02/2016 – Fonte: EM.com

No ano de 2006, Reinilda Maria dos Santos e Silva tinha 35 anos e estava desempregada com um filho de apenas 4 anos. Mineira da cidade de Janaúba, mudou-se jovem para Santo André (SP), em busca de vida melhor, mas ficou desamparada, depois que o marido foi preso.

“Cheguei a um ponto de meu filho me pedir leite e só ter água para dar a ele. Fui na assistência social e pedi ajuda. Eles me deram R\$ 50. Com R\$ 40 comprei alimentos para o meu filho. Com os R\$ 10 que sobraram comprei uma barra de chocolate, uma farinha e fiz pães de mel para vender na rua por R\$ 0,99. Vendi tudo e voltei para casa com R\$30”, conta.

Daí em diante, Reinilda não parou mais. Comprou revistas para aprender novas receitas e variou a oferta. “Foram dois anos de luta, vendendo os doces de porta em porta, nas feiras, e com meu filho a tiracolo. Passei fome, porque deixava de comer para não faltar nada para ele”.

Reinilda não sabia na época, mas tornara-se uma microempreendedora. Com muito esforço, conseguiu juntar R\$ 200 e teve a ideia de comprar uma máquina de crepe, puxar uma extensão da casa onde morava e vender crepes na rua. Mas a máquina custava R\$ 500.

Foi quando soube por uma amiga do Banco do Povo - Crédito Solidário, uma organização não governamental (ONG) que faz empréstimos a juros baixos para empreendedores de baixa renda.

Ela conseguiu um empréstimo de R\$ 300. Com o dinheiro, comprou uma fritadeira, uma chapa e materiais de cozinha. Meses depois, a fama da confeitadeira espalhou-se pela cidade e as coisas começaram, finalmente, a melhorar para Reinilda.

Em 2013, ela ganhou o prêmio Pequenas Gigantes: Desafio São Paulo para Microempreendedoras, de R\$ 5 mil, promovido pela organização social Aliança Empreendedora. "Fomos três eleitas entre 140 mulheres microempreendedoras. Com o dinheiro reformei meu comércio, que ficou bem mais bonito", conta.

Mulheres como Reinilda representam quase a metade dos pequenos empresários brasileiros (47,4%), segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

No entanto, apenas 24% delas solicitaram empréstimo bancário em nome da empresa no primeiro semestre de 2015. O estudo do Sebrae aponta ainda que as mulheres costumam pedir valores cerca de 50% menores que os homens.

De acordo com o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, dos 5,6 milhões de empresários cadastrados na categoria Microempreendedor Individual (MEI), 77% querem crescer e se tornar micro ou pequena empresa.

Entretanto, menos da metade se relaciona com bancos como pessoa jurídica. "Cerca de 80% utilizam financiamento que não passa por instituições financeiras, como negociação com fornecedores e cheque pré-datado.

Nos últimos cinco anos, apenas 40% dos empreendedores individuais obtiveram empréstimo em bancos. Isso mostra que existe espaço enorme de crédito para os microempreendedores individuais. E os empreendedores fogem dos bancos por causa das altíssimas taxas de juros", explica Afif Domingos.

Reinilda é exceção nesse universo inóspito para os pequenos empresários. Abriu a lanchonete Sabor e Cia, onde vende doces, lanches e salgados, em Santo André (SP), faz encomendas para festas em diferentes cidades de São Paulo e costuma receber pedidos de bolos de artistas do mundo televisivo.

Ela continua pegando empréstimos no banco, mas agora no limite do teto – cerca de R\$15 mil –, para garantir capital de giro. Prestes a concluir uns cursos de confeitaria e panificação e com certificados internacionais na área, a empresária não tem descanso.

Faz em média um bolo por dia, com a ajuda de uma assistente, dá palestras e faz assessoria.

Seu sonho agora é abrir um café para vender seus quitutes e abrir uma escola de confeitaria e passar seus conhecimentos para mulheres que como ela têm talento, são empreendedoras, porém não têm recursos.

Para quem está começando ela aconselha "a burocracia é muito cruel para os pequenos.

Muitos acabam desistindo. Mas hoje há vários cursos online sobre gestão financeira, de assessoria, cursos do Sebrae gratuitos. Há créditos solidários, basta juntar um grupo de amigas ou conhecidos".

"Não pode desistir. Comecei com R\$ 10. Não tenha vergonha de perguntar, bater porta, de ir atrás do cliente. Fidelize seu cliente. E capacite-se", aconselha.

## **Fábrica de motores da GM completa 3 anos**

29/02/2016 – Fonte: Automotive Business



No sábado, 27, a fábrica de motores da General Motors em Joinville (SC) completará 3 anos de operações, período em que produziu mais de 218 mil unidades, sendo 121,3 mil em 2015, dos propulsores nas versões 1.0 e 1.4 para abastecer a unidade de Gravataí (RS) e equipar os modelos Onix e Prisma.

Com investimento de R\$ 350 milhões, a fábrica ocupa uma área total de 500 mil metros quadrados, dos quais 200 mil metros quadrados foram destinados a preservação ambiental.

A unidade foi planejada para pôr em prática diversas ações de sustentabilidade e em março de 2014 recebeu a certificação internacional de construção sustentável Leadership in Energy and Environmental Design (LEED Gold), sendo a primeira do setor automotivo na América do Sul a conquistar o certificado e a segunda da GM no mundo.

Durante o processo de certificação foram consideradas práticas e iniciativas sustentáveis da construção civil em diversas fases; da concepção do projeto à operação. Um dos requisitos era reduzir em 10% o consumo de energia em toda a fábrica. A GM de Joinville conseguiu obter uma economia de 13,8% e deixa de emitir anualmente cerca de 120 toneladas de CO<sub>2</sub>.

“Desde a sua instalação no País, há 91 anos, a GM promove iniciativas voltadas à sustentabilidade e a fábrica de motores de Joinville marca a consolidação desse processo reforçando nosso compromisso com a preservação do meio ambiente”, diz Marcos Munhoz, vice-presidente da companhia.

Entre os processos sustentáveis que a planta mantém, destacam-se o teste a frio dos motores, que não utiliza combustíveis e tem zero emissões, sistema de monitoramento da qualidade do e controle de temperatura interna, módulos fotovoltaicos (1.280 unidades em 2.115 metros quadrados) para geração de energia a partir da luz solar, sistema de aquecimento de água também pela luz solar, além de uso racional da água e tratamento de água por osmose reversa que permite o reuso de até 26 mil metros cúbicos por ano utilizada em fins não potáveis, como processo industrial, sanitários, irrigação e lavagem de pisos.

## **Franquia de asfaltos inaugura fábrica própria de máquinas**

29/02/2016 – Fonte: CIMM

O crescimento e desempenho da Único Asfaltos podem ser considerados surpreendentes no último ano, mesmo em época de crise, que vem atingindo empresas de diversos setores. Como se não bastasse a venda de 40 franquias e um faturamento que saltou de R\$ 31 milhões em 2014 para R\$ 42 milhões em 2015, além da produção de 165 mil toneladas de asfalto no ano passado, a empresa agora acaba

de inaugurar sua própria fábrica de máquinas que produzirão asfalto para todos os franqueados: a Único Máquinas.

Localizada na cidade de Piracicaba, interior de São Paulo, a nova fábrica irá produzir as máquinas, igualmente inéditas no país, que foram criadas pelo fundador da rede, Jorge Coelho.

São usinas compactas, de 7 metros de comprimento, que produzem cerca de 2 mil toneladas/mês de asfalto, igualmente inovador: é aplicado a frio, pode ficar estocado e ser utilizado até debaixo de chuva.

Depois de produzir o asfalto, os franqueados podem vendê-lo para condomínios, empresas, prefeituras, concessionárias de rodovias, departamentos de água e esgoto e outros, para a realização de qualquer tipo de obra, desde um simples tapa buracos, pavimentações interiores e reparações emergenciais, até extensas estradas ou construções.

Segundo Jorge Coelho, com a inauguração da fábrica será possível a entrega dos equipamentos em tempo muito menor para os franqueados do que antes, com uma capacidade de produção 3 vezes maior.

"Temos um plano de expansão bastante acelerado para este ano e para cumprir a meta de 176 novas franquias, a partir de agora nossos novos franqueados poderão receber as máquinas em até 30 dias da assinatura do contrato, ou seja, enquanto ele faz o treinamento e busca seu galpão para iniciar o negócio", afirma. Desde o início deste ano, a Único Máquinas já entregou 8 equipamentos.

### **Centro de R\$ 4 milhões é inaugurado para ajudar empresas da RM Vale**

29/02/2016 – Fonte: CIMM

O Cecompi (Centro para a Competitividade e Inovação) inaugurou na manhã da última quinta-feira (25), o CDM (Centro de Desenvolvimento em Manufatura) no Parque Tecnológico de São José dos Campos.

O Centro é resultado de uma parceria entre a Prefeitura de São José, o Governo do Estado de São Paulo e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Ao todo foram investidos R\$ 4,2 milhões - R\$ 3,5 milhões aplicados pelo governo estadual e R\$ 700 mil pela prefeitura e Parque Tecnológico.

"O CDM irá possibilitar a pesquisa e o desenvolvimento de novos processos e produtos por empresas de pequeno e médio porte que não dispõem de espaço ou tempo, mas querem investir em P&D", afirmou Marcelo Sáfydi, diretor executivo do Cecompi.

Com equipamentos de ponta, o CDM poderá prestar serviços como desenhos e desenvolvimento de produto CAD, programação para CNC/CAM, usinagem em CNC de peças de pequeno porte em três, quatro e cinco eixos, prototipagem rápida com impressoras 3D, scanner 3D para engenharia reversa, mesa de medição tridimensional, máquina de eletroerosão a fio, entre outros.

"Alguns destes equipamentos até já existem em laboratórios de universidades, por exemplo, mas o nosso diferencial é o acesso que as empresas terão para o uso de todo o CDM. Mesmo quem não está instalado hoje no Parque Tecnológico poderá utilizar", explica Marcelo Nunes, coordenador do cluster TIC Vale, que administrará o CDM.

O presidente da Troya Indústria de Máquinas e Engenharia, Francilio Graciano, que é associado ao cluster aeroespacial do Cecompi e possui uma unidade de pesquisa instalada no Parque Tecnológico, explica como o CDM vai ajudar as empresas da região.

"Com o CDM pronto para uso, com equipamentos de última geração, ao invés de comprar uma máquina e ter que perder um tempo testando ou treinando funcionário, posso produzir peças no CDM ou desenvolver um novo produto, sem precisar parar minha produção e ainda sem ter que pagar pelo equipamento, só pela utilização, o que sai muito mais barato e mais ágil", explica Graciano.

O empresário destaca ainda que o acesso ao que existe de mais moderno em manufatura, coloca as indústrias da região próxima da realidade do mercado externo e as torna mais competitivas.

"São os mesmos equipamentos que estão nas grandes usinagens e centros de manufatura no mundo. Equipamentos caros, modernos e que elevam a qualidade dos produtos que fabricamos e nos coloca num outro patamar, capazes de competir com outras pequenas indústrias de todo o mundo e conquistar novos mercados", conclui.

### **Estrutura laboratorial**

Com o novo Centro, cresce a estrutura laboratorial que o Parque Tecnológico e o Cecompi oferecem às empresas, instituições de pesquisa e universidades. Além do novo laboratório, os associados aos clusters e residentes no Parque já contam com o Laboratório de Simulação e Sistemas Críticos e o Laboratório de Estruturas Leves.

Ainda em 2016 outros dois laboratórios, em fase de projeto e construção, serão entregues: de Compatibilidade Eletromagnética e de Interferência Eletromagnética.

"A economia de São José dos Campos é centrada na indústria, portanto investir em manufatura, em automatização e em aperfeiçoamento de processos é crucial. Neste novo Centro temos equipamentos que vão ajudar, ao lado de toda nossa estrutura laboratorial, no desenvolvimento não apenas das empresas residentes aqui no Parque ou associadas aos clusters do Cecompi, mas de toda a região", afirma Marco Antonio Raupp, diretor geral do Parque Tecnológico.

### **Estrategista que viu crise em emergentes continua pessimista**

29/02/2016 – Fonte: Exame



Se John-Paul Smith estiver certo, alguns dos maiores investidores do mundo vão acabar tendo uma enorme decepção.

O estrategista, que mora em Londres e foi um dos poucos a prever a queda dos mercados emergentes que começou em 2011, não vê nenhum sinal de recuperação e diz que o ambiente atual parece com o do fim da década de 1990, quando crises no Sudeste Asiático e na Rússia provocaram turbulência em todo tipo de ativos.

Seu posicionamento contrasta com os comentários otimistas de gestoras de recursos como BlackRock, Franklin Templeton e Research Affiliates – assessora da Pacific Investment Management que projeta que os ativos dos países em desenvolvimento podem ser o próximo “negócio da década”.

Embora Smith não administre trilhões, como a BlackRock, nem tenha uma presença mundial, como a Franklin Templeton, o fundador da empresa de pesquisa Ecstrat tem um histórico de previsões corretas para os mercados emergentes.

Sua perspectiva sempre pessimista desde o fim de 2010 profetizou perdas de mais de 30 por cento no índice MSCI Emerging Markets. Ele deu um alerta antes da quebra do mercado acionário da Rússia em 1998 como estrategista do Morgan Stanley em Moscou.

“Se há uma analogia histórica para a situação atual dos mercados emergentes, é o período de 1997-1998”, disse Smith em uma resposta enviada por e-mail a perguntas na quinta-feira.

Ele vê dois grandes motivos para o pessimismo. O primeiro é falta de progresso na redução do controle estatal nas economias dos países em desenvolvimento, um aspecto fundamental de sua tese pessimista cinco anos atrás.

Smith menciona a incapacidade do Brasil de abandonar o “capitalismo de Estado”, um modelo que ajudou a afundar a economia do país em sua pior recessão em um século. Ele também se preocupa com a Rússia, a Turquia e a Polônia, onde, segundo ele, as autoridades monetárias estão avançando em uma direção mais “autoritária”.

Outra grande preocupação de Smith é a China, onde prevê que uma crise financeira será deflagrada ainda neste ano.

Os empréstimos inadimplentes devem aumentar com tomadores de dívida acumulando o montante devido para pagar empréstimos preexistentes, disse ele, e as empresas enfrentando “grandes” baixas contábeis à medida em que a economia desacelera e os preços das commodities caem.

“Há uma possibilidade significativa de que a China e o Brasil, em particular, tenham que passar por algum tipo de crise econômica ou financeira”, disse ele.

Smith reconhece que os yields da dívida de mercados emergentes se tornaram mais atraentes em um mundo de taxas de juros extremamente baixas e diz que as moedas de alguns países em desenvolvimento, em particular o rand sul-africano e o peso mexicano, parecem estar subvalorizadas.

Mas ele não está convencido de que os bonds do mercado emergente sejam imunes à turbulência econômica na China e no Brasil.

Ele diz que os investidores deveriam se concentrar em destinar ativos a países específicos, em vez de fazer apostas generalizadas nos mercados emergentes internacionais.

### ***‘Falso conforto’***

Essa cautela contrasta com o número crescente de otimistas. A BlackRock, a maior gestora de recursos do mundo, disse na quinta-feira que os compradores de bonds dos países em desenvolvimento estão sendo compensados por desafios que vão da queda de preço das commodities à desaceleração econômica da China.

Christopher Brightman, diretor de investimento da Research Affiliates, disse em uma publicação no site da Pimco que as ações dos mercados emergentes estão "excepcionalmente baratas".

"O êxodo dos mercados emergentes é uma oportunidade maravilhosa - e muito possivelmente o negócio da década - para o investidor de longo prazo", escreveu Brightman.

As ações não estão tão baratas quanto parecem, de acordo com Smith, que fundou a Ecstrat em 2014 depois de 30 anos de carreira em gestoras de recursos e corretoras de valores.

O índice MSCI de países em desenvolvimento está avaliado em 1,3 vez os ativos líquidos, perto do patamar mais baixo desde a crise financeira em 2009, mas Smith diz que os balanços corporativos deverão se tornar muito menos atraentes à medida em que as empresas fizerem as baixas contábeis do valor de seus ativos informados.

"Nesse contexto, o aparente nível baixo das avaliações oferece um falso conforto", disse ele. "Haverá baixas contábeis significativas".

### **Mais de oito mil empresas do Simples receberam comunicados de alerta da Receita Federal**

29/02/2016 – Fonte: R7

Em parceria dos Fiscos federal, estaduais, distrital e municipais, teve início em 1º de fevereiro o Alerta do Simples Nacional 2016.

A iniciativa visa à autorregularização dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional em virtude de comunicado das administrações tributárias no Portal do Simples Nacional.

Os comunicados são disponibilizados automaticamente aos contribuintes incluídos no programa no momento de acesso ao Portal para geração do documento de arrecadação do Simples Nacional (DAS).

8.039 empresas já leram os comunicados do Alerta do Simples Nacional. O projeto integra o Plano Anual de Fiscalização 2016 da Receita Federal divulgado na última semana. [Clique aqui para ler o documento.](#)

No quadro abaixo, a distribuição dos alertas por unidade da federação:

As divergências apontadas referem-se a diferenças entre o total anual de receita bruta informada no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D) e os valores das notas fiscais eletrônicas (NFe) de vendas emitidas, expurgadas das NFe de entrada de devoluções. No projeto, foram identificadas cerca de 18 mil empresas optantes pelo Simples Nacional com divergências.

#### **Como os contribuintes devem agir?**

Os contribuintes devem proceder da seguinte forma:

a) caso entendam que há diferença a ser corrigida, devem retificar o PGDAS-D dos meses relacionados, pagar ou parcelar os valores devidos. Não é necessário envio de cópia de documentos para a Receita Federal ou para os demais Fiscos como prova de autorregularização;



b) caso entendam que os valores declarados estão corretos, não é necessário procedimento adicional, nem mesmo a visita às unidades de atendimento da Receita Federal ou dos demais Fiscos.

### **Próximas etapas**

De fevereiro a abril, os comunicados continuarão a ser exibidos no Portal do Simples Nacional permitindo que os contribuintes conheçam as diferenças identificadas.

Em seguida, os Fiscos federal, estaduais, distrital e municipais avaliarão o resultado do projeto e aprofundarão as análises sobre as empresas que não se autorregularizaram, para identificar quais casos serão indicados para abertura de procedimentos fiscais.

Enquanto não iniciado o procedimento, o contribuinte permanece com a espontaneidade e pode se autorregularizar.

Eventual lançamento será precedido de intimação e que, após iniciado o procedimento, o contribuinte não poderá se eximir da multa de ofício se confirmadas as diferenças.

## **Mercado encolhe em R\$ 100 bi para as pequenas empresas**

29/02/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

### **Queda foi 14,3% em relação ao ano anterior, segundo o Sebrae-SP**

Para além da inflação, do aumento do desemprego e da escalada do dólar, 2015 fica marcado como o ano em que houve redução forte no faturamento dos pequenos negócios.

Segundo estimativas do Sebrae-SP, apenas no Estado de São Paulo houve redução de R\$ 100 bilhões no faturamento do setor no período, uma queda expressiva de 14,3% em relação ao ano anterior, já descontada a inflação. Trata-se do pior cenário para as empresas do setor de pequeno porte desde 2002.

Mesmo sem o total de 2015, o número de negócios que fecharam as portas de janeiro a agosto de 2015 alcançou 302.732 empreendimentos, 8,62% a mais na comparação com a movimentação nas juntas comerciais no ano cheio de 2014 – 42% superior ao balanço de janeiro a dezembro de 2013.

Na prática, essa movimentação é protagonizada por pessoas como Tiago Augusto Pinto, que atuava no bairro de Ermelino Matarazzo, zona leste da capital paulista. Ele chegou a ter três lojas na região e 15 funcionários, mas no fim do ano passado fechou as portas da última loja, uma perfumaria que manteve por 20 anos.

“Foi terrível, mas pelo menos eu não fiquei devendo nada para funcionários ou fornecedores”, diz o paulistano que, agora, procura formas de quitar um débito no banco estimado em R\$ 400 mil, com juros e correção monetária.

“Acho que eu errei em continuar investindo quando a situação já estava ruim. Se eu não tivesse acreditado que a economia voltaria aos patamares de antes de 2014, acho que estaria numa situação mais confortável hoje”, analisa o empreendedor.

Adiantar-se ao caos foi o determinante para Sandra Kempenich encerrar sua empresa e pelo menos não carregar dívidas. Após cinco anos de estudo de mercado, ela montou em 2012 a It's Only Rock'n Roll, loja de roupas e acessórios importados em Pinheiros, zona oeste de São Paulo, que fechou as portas em janeiro do ano passado.

"Ainda me dá lágrimas nos olhos quando falo disso, mas não tinha jeito. Como era uma empresa familiar, era melhor parar logo do que levar problemas para dentro da família", conta.

Como a importação representava a totalidade dos produtos da It's Only Rock'n Roll, ela acompanhava com cuidado o comportamento do dólar e as previsões para o cenário macroeconômico.

Ela tinha programado uma espécie de faixa de segurança para o dólar – até o patamar de R\$ 2,70, a moeda não comprometeria a margem de lucros ou o preço aceitável pelo consumidor para seus produtos. Foi assim que em agosto de 2014 ela viu acender a luz vermelha.

"A gente já tinha percebido que a importação estava ficando ainda mais burocrática, mas quando os analistas de mercado e o pessoal do banco começaram a falar em dólar acima dos R\$ 2,90 para o ano, sem previsão de melhora, resolvemos fazer uma liquidação e investir em outra coisa", diz.

Atualmente Sandra trabalha em uma loja de bolos na Vila Mariana, zona sul da cidade, onde tem uma pequena participação acionária. "Eu estou ainda tentando acabar com todo o estoque da loja. Depois de janeiro, ficaram uns R\$ 60 mil parados."

### **Confiança da indústria cai 1,5 ponto em fevereiro ante janeiro, revela FGV**

29/02/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou 1,5 ponto em fevereiro ante janeiro, passando de 76,2 para 74,7 pontos, informou nesta segunda-feira, 29, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Com o resultado, o índice alcança o menor nível desde setembro de 2015. O ICI está 11,6 pontos abaixo do registrado no mesmo mês de 2015. Entre janeiro e fevereiro, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) diminuiu 0,5 ponto porcentual, para 73,6%, o menor nível da série histórica, com início em 2001.

A queda do ICI em relação ao mês anterior foi determinada principalmente pelo recuo de 2,8 pontos do Índice de Expectativas (IE), para 72,6 pontos, o menor da série histórica. O Índice da Situação Atual (ISA) também retrocedeu, mas bem menos (0,5 ponto), ficando em 77,1 pontos. Dos 19 segmentos pesquisados, 10 registraram queda da confiança no período.

Em nota à imprensa, o superintendente Adjunto para Ciclos Econômicos da FGV/IBRE, Aloisio Campelo Jr., escreve que "o resultado de fevereiro reforça a suspeita de que a alta da confiança industrial nos últimos meses poderia não se sustentar ao longo do primeiro semestre".

"A queda do ICI devolve mais da metade da alta acumulada entre o mínimo histórico, ocorrido em agosto, e o mês passado. Além de sinalizações de que a demanda interna continua enfraquecendo, a pesquisa mostra uma piora expressiva das expectativas em relação aos próximos meses", afirma Campelo Jr.

A maior influência na redução do IE veio do ímpeto de contratações nos três meses seguintes. Esse indicador recuou 5,2 pontos entre janeiro e fevereiro, para 73,6 pontos, o menor nível da série histórica. Esse resultado, segundo a FGV, sinaliza que o ajuste do quadro de pessoal na indústria continuará ocorrendo nos próximos meses.

Já no índice de situação atual, a maior contribuição veio do indicador que mede o nível de demanda atual. O dado registrou queda de 2,3 pontos, para 74,8 pontos, o mínimo histórico. Para este resultado, a piora na avaliação do setor sobre o mercado interno, na margem, supera a melhora na avaliação sobre o mercado externo.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) recuou 0,5 ponto porcentual em fevereiro, atingindo 73,6%, o menor nível da série histórica iniciada em 2001.

## **Empresas do Simples recebem aviso da Receita Federal por divergências**

29/02/2016 – Fonte: G1

A Secretaria da Receita Federal informou nesta segunda-feira (29) que, em parceria com os fiscos estaduais, distrital e municipais, disparou no começo de fevereiro um "alerta nacional" para que empresas do Simples Nacional avaliem sua situação fiscal e, caso reconheçam as divergências apontadas, paguem os impostos devidos.

Até o momento, de acordo com o Fisco, 8.039 micro e pequenas empresas já leram o aviso, mas foram encontradas divergências em informações prestadas por mais de 18 mil empresas do Simples Nacional (cujo faturamento é menor do que R\$ 3,6 milhões por ano). A estimativa do Fisco é de que ao menos R\$ 400 milhões deixaram de ser pagos em impostos por estas empresas.

"A iniciativa visa à autorregularização dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional em virtude de comunicado das administrações tributárias no Portal do Simples Nacional. Os comunicados são disponibilizados automaticamente aos contribuintes incluídos no programa no momento de acesso ao Portal para geração do documento de arrecadação do Simples Nacional (DAS)", informou a Receita Federal.

### **Divergências**

De acordo com o órgão, as divergências apontadas referem-se a diferenças entre o total anual de receita bruta informada no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D) e os valores das notas fiscais eletrônicas (NFe) de vendas emitidas por estas empresas, expurgadas das NFe de entrada de devoluções.

O Fisco explicou que, caso as empresas entendam que há diferença a ser corrigida, devem retificar o PGDAS-D dos meses relacionados, pagar ou parcelar os valores devidos. "Não é necessário envio de cópia de documentos para a Receita Federal ou para os demais Fiscos como prova de autorregularização", informou.

Caso entendam que os valores declarados estão corretos, informou que não é necessário procedimento adicional, nem mesmo a visita às unidades de atendimento da Receita Federal ou dos demais Fiscos.

De acordo com o subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Iágaro Jung Martins, isso ainda não é caracterizado como infração. "Se for o caso, confirmando os indícios, vamos iniciar os procedimentos de fiscalização. Não é normal para uma empresa que venda R\$ 3 milhões por ano e faça declaração para a Receita de R\$ 1 milhão [em vendas]. Se cometeu algum equívoco, por favor retifique. Se tem certeza que tem razão, um auditor irá até você. Nesse primeiro momento não tem multa", declarou ele recentemente.

### **Próximas etapas**

Entre fevereiro e abril deste ano, os comunicados continuarão a ser exibidos no Portal

do Simples Nacional, permitindo que os contribuintes "conheçam" as diferenças identificadas, acrescentou a Receita Federal.

"Em seguida, os Fiscos federal, estaduais, distrital e municipais avaliarão o resultado do projeto e aprofundarão as análises sobre as empresas que não se autorregularizaram, para identificar quais casos serão indicados para abertura de procedimentos fiscais.

Enquanto não for iniciado o procedimento, o contribuinte permanece com a espontaneidade e pode se autorregularizar", informou o órgão.

Explicou ainda que, antes de iniciado o procedimento de fiscalização, ainda não será cobrada multa de ofício. "Eventual lançamento será precedido de intimação e, após iniciado o procedimento, o contribuinte não poderá se eximir da multa de ofício se confirmadas as diferenças", concluiu a Receita Federal